

# (DES)ABRIGADAS E VULNERÁVEIS

Sobre Mulheres e Crianças em abrigamentos escolares





**(Des)Abrigadas e Vulneráveis**  
**Sobre Mulheres e Crianças em**  
**abrigamentos escolares**



**Vialana Ester Salatino**  
**José Edimar de Souza**

**(Des)Abrigadas e Vulneráveis**  
**Sobre Mulheres e Crianças em**  
**abrigamentos escolares**



São Leopoldo  
2026

© Dos autores – 2026  
profedimar@gmail.com

Editoração: Oikos

Revisão: Rui Bender

Capa: Juliana Nascimento

Imagens da capa:

Imagem 1 - <https://portal.pucrs.br/noticias/impacto-social/empregartche-iniciativa-visa-a-empregabilidade-de-pessoas-afetadas-pelas-enchentes/>

Imagem 2 - <http://antigo.santoantoniopatrolha.rs.gov.br/pmsap/noticias/Prefeitura-e-voluntarios-estabelecem-abrigo-para-canoenses-desabrigados-vitimados-pelas-enchentes-10363>

Imagem 3 - <https://lunetas.com.br/chuvas-no-rs-como-acolher-e-protoger-as-criancas-nos-abrigos/>

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Allprint

Conselho Editorial:

Avelino da Rosa Oliveira (Pesquisador UFPel)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Pesquisador Ciências Sociais)

Marluza Marques Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / 9 81149642

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

---

D441 (Des)abrigadas e vulneráveis: sobre mulheres e crianças em abrigamentos escolares. / Vialana Ester Salatino e José Edimar de Souza. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2026. 64 p.; 20 x 28 cm.  
ISBN 978-65-5974-335-3

1. Mulher – Violência. 2. Violência – Mulher – Criança. 3. Vulnerabilidade – Mulher – Criança – Abrigamento escolar. 4. Abrigos coletivos. 5. Acolhimento – Vítimas. 6. Políticas públicas. I. Salatino, Vialana Ester. II. Souza, José Edimar de. III. Título.

CDU 316.647.3-055.2

Dedicamos este livro a todas as pessoas que de alguma forma foram afetadas pelas enchentes, aquelas que ficaram desabrigadas e depois abrigadas, às que não estão mais aqui, às que trabalharam de diversas formas para salvar vidas, proteger, cuidar, abrigar, alimentar, etc. Da mesma forma a todos os que pesquisam visando encontrar alternativas de superação para tais mazelas. Às nossas famílias e a todos os que dedicarem tempo a essa leitura.

Combater a violência contra a mulher é exercício de atividade constante na sociedade atual. Não há espaços para estagnação. Há sempre uma necessidade perene e dinâmica, deve ser um ato de repetição, até que um dia se possa sonhar com um exercício totalmente inócuo porque os homens aprenderam a respeitar naturalmente os direitos das mulheres.

*Prof. Jeferson Botelho Pereira*

# Sumário

Prefácio .....	9
Apresentação .....	11
Instituindo termos essenciais .....	13
Histórias e memórias das escolas que serviram de abrigo .....	19
O que é vulnerabilidade de mulheres e crianças .....	23
A interseccionalidade da vulnerabilidade de mulheres e crianças .....	26
O poder masculino que elege vulnerabilidades .....	27
Abuso sexual e estupro em meio à vulnerabilidade .....	29
Violência de gênero: o que ocorria em casa mostra-se no abrigo .....	35
Impactantes evidências .....	43
Psicoeducação: uma forma de incentivo à superação da violência vivida .....	48
Conteúdo pensado para a cartilha .....	52
Considerações finais .....	58
Referências .....	59



# Prefácio

A violência contra as mulheres e crianças e a vulnerabilidade delas são realidades que revelam as profundas desigualdades e fragilidades de nossa sociedade. Em momentos de crise humanitária, como nas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, essas vulnerabilidades agravaram-se e ficaram expostas ainda mais às fragilidades dessa parcela da população.

Os eventos climáticos extremos, como os vividos pelos gaúchos naquele período, são lembrados principalmente pelas perdas materiais, mas essa obra nos provoca a refletir a respeito de outros danos no campo emocional, ocasionados por privações, exposições, carências e mortes.

O presente livro oferece uma contribuição importante e necessária sobre as condições enfrentadas por mulheres e crianças nos abrigos coletivos, organizados emergencialmente em escolas durante esses desastres naturais, ao evidenciar as experiências de quem esteve atuando em abrigos, oferecendo apoio e acolhimento às vítimas.

É sabido que, naquele momento, não havia nenhum tipo de planejamento ou protocolo para o acolhimento de tantas pessoas, mas como pedagoga que vive a escola há mais de 27 anos em São Leopoldo, município gaúcho que foi duramente afetado pelo evento, preciso declarar todo o meu respeito aos gestores das escolas, professores e voluntários que atuaram nas unidades escolares durante a calamidade. De maneira muitas vezes improvisada, sem a infraestrutura necessária e capacidade emocional para enfrentar a situação jamais imaginada, estes se dedicaram para além de suas atribuições, ultrapassando no contexto escolar a mera construção de conhecimento, mas mobilizando outros saberes experienciais, educando, cuidando e, principalmente, protegendo.

Nos casos específicos relatados nesta pesquisa, as ações dos educadores voluntários nos abrigos exigiram feitos mais complexos, para além do que prevê o Projeto Político-pedagógico das escolas, mas ao mesmo tempo revelou na prática valores apresentados nos projetos sobre o tipo de formação almejada, como o educar com solidariedade, empatia e humanidade.

Certamente, ao ler esta obra, você pensará a respeito da urgência em fortalecer o entendimento sobre a importância de políticas públicas e ações comunitárias que priorizem a dignidade, a segurança e os direitos dessas populações vulneráveis. Considero oportuno ressaltar que o livro contempla informações que propiciam discussões relevantes a respeito de eventos climáticos extremos, como o respectivo, bem como percepções e

análises para a importância da psicoeducação como um meio para transformar mulheres, crianças e familiares em agentes de mudança, fornecendo ferramentas para compreender e ressignificar o que foi vivenciado.

Parabenizo os autores pela pesquisa e pela coragem em abordar esse tema e desejo que esta obra seja um passo importante para sensibilizar, orientar e promover mudanças concretas a fim de desenvolver estratégias de intervenção que possam mitigar os prejuízos no desenvolvimento de cada criança e jovem, subsidiando também políticas públicas eficazes para o enfrentamento das violências e contribuindo para uma sociedade mais justa e consciente de suas responsabilidades.

*Prof. Me. Cristiane Roos*  
Secretária Adjunta de Educação  
de São Leopoldo/RS

# Apresentação

A escrita do presente livro é resultado do pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Com a pesquisa que investigou a vulnerabilidade de mulheres e crianças abrigadas no período de desastres climáticos que levaram o Estado do Rio Grande do Sul no Brasil a declarar estado de calamidade pública, iniciado em final de abril e maio do ano de 2024 e vinculada ao projeto<sup>1</sup> coordenado pelo professor José Edimar de Souza, supervisor dessa investigação.

Em especial foram investigados indícios de violência ocorridos com mulheres e crianças no interior dos abrigos no momento vivido pelas então vítimas da enchente no RS. Depois se entrevistaram pessoas que trabalharam em abrigos no Rio Grande do Sul, e então se buscou compreender as providências e cuidados utilizados por eles no atendimento a esse tipo de situação.

Este livro apresenta a possibilidade de construção de práticas psicoeducativas para que possa existir superação dos traumas vividos e prevenir futuros abusos no sentido de educar crianças e mulheres a se defender dos abusadores/estupradores/violadores, orientando como proceder e minimizando a culpa gerada automaticamente nas vítimas desse tipo de violência, uma vez que já estavam passando por um trauma ocasionado pela perda do lar e de seus pertences e talvez também de familiares, amigos, vizinhos, animais de estimação e outros.

A psicoeducação pode ser realizada em espaços escolares ou na rede de apoio social que exista na localidade onde a vítima está inserida; preferencialmente deve ser realizada por um psicólogo(a) preparado para isso. E até mesmo pode ser pensado um formato de educação a distância (EaD) para que alcance comunidades que ainda estão com dificuldade de acesso devido aos estragos causados nas estradas e pontes. Nessa modalidade, também é possível uma maior disseminação de materiais psicoeducativos e de maneira econômica, uma vez que os prejuízos financeiros foram intensificados pela calamidade.

Nesse desastre, de acordo com dados da Defesa Civil, foram afetados 463 municípios; o número de pessoas em abrigos foi de 76.955 e de desalojados 540.633; também

---

<sup>1</sup> “Histórias da Escola: modos de recompor identidades em contextos de desastres climáticos”, com financiamento da FAPERGS.

foram afetadas 2.321.973 pessoas. Ficaram feridas 806 pessoas, estão desaparecidas 89 pessoas, foram confirmados 155 óbitos e foram resgatadas outras 12.215 pessoas (Rio Grande do Sul, 2024). Um evento dessa proporção causa dor e sofrimento, sendo então necessário pensar formas de amenizar tamanha calamidade.

Após o desastre, empresas obrigaram-se a finalizar suas atividades devido a perdas, pessoas precisaram migrar de cidades, lutos foram sentidos e traumas ficaram. Como se diz no senso comum, pessoas secaram as lágrimas, engoliram o choro e estão em busca de recomeço; outras perderam sua saúde mental e não conseguiram recomeçar, e é importante olhar com empatia para isso.

Logo este livro aborda termos essenciais para seu entendimento, bem como a temática relacionada ao que é vulnerabilidade de mulheres e crianças diante desse contexto calamitoso e destaca a história e memória das escolas que serviram de abrigo para tantos nessas situações dolorosas.

Da mesma maneira, segue contextualizando a questão do abuso sexual e estupro em meio a toda a vulnerabilidade de mulheres e crianças que se apresentou; ainda traz à tona a questão da violência de gênero, enfatizando que o que ocorria em casa se mostra no abrigo, não sendo uma novidade, porém se mostra com as impactantes evidências coletadas na pesquisa e apresenta uma proposta de contribuição através do recurso da psicoeducação, uma forma de incentivo à superação da violência vivida, propondo o desenvolvimento de recursos que vêm em auxílio da população vitimada na catástrofe.

Esperamos que o livro possa contribuir para essa questão e que vozes emergentes dos voluntários nos abrigos possam ser ouvidas com a leitura, mas que também seja uma leitura prazerosa e curiosa.

Boa leitura!

*Vialana Ester Salatino*

*José Edimar de Souza*

Caxias do Sul, verão de 2026

# Instituindo termos essenciais

---

A violência contra a mulher não se trata apenas de um problema social e jurídico, mas também de saúde pública, em que agressões sobrepostas e acumuladas, dependendo de sua gravidade e continuidade, podem ocasionar distúrbios mentais, afetivo-emocionais, problemas de incapacidade física, muitas vezes com danos irreversíveis.

*Soraya Rodrigues de Aragão*

O capítulo inicial apresenta alguns termos essenciais para compreensão das temáticas que serão trabalhadas, e esses termos são fundamentais para o entendimento do foco deste livro; por isso vamos nos deter neles no primeiro momento.

## Abrigo/Abrigamento

Abrigo no caso desta escrita refere-se aos locais, escolas, ginásios, faculdades e universidades, salões de igreja que abrigaram pessoas desabrigadas de suas casas no período das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 devido à catástrofe climática.

Abrigamento refere-se ao “ato ou efeito de abrigar algo, alguém ou a si mesmo” bem como ao “ato de receber em casa ou abrigo” e “de resguardar de perigo, chuva, frio”. Na etimologia (origem da palavra *abrigamento*): abrigar + mento. E é sinônimo de: abrigo, alojamento.<sup>2</sup>

Em termos de abrigamento de crianças e adolescentes, a UNICEF<sup>3</sup> lançou em novembro de 2025 uma nova versão do Protocolo Nacional para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes em Riscos e Desastres, que oferece recomendações para o desenvolvimento e a implementação de ações de proteção antes, durante e depois de desastres.

E nessa revisão ampliou seu escopo de atuação ao incorporar diretrizes voltadas à acessibilidade, à equidade e ao respeito à diversidade. E ainda reforça a importância da escuta e da participação ativa de crianças e adolescentes em todas as fases de gestão do risco, além de incluir novas áreas de atuação, como os sistemas de justiça e de promoção e defesa dos direitos humanos.

No que se refere ao abrigamento de mulheres e crianças, a COP30<sup>4</sup> destacou a necessidade de prevenção e eliminação da violência baseada em gênero (VBG) em emergências climáticas, incluindo mecanismos de proteção, abrigamento seguro, saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) e acesso à justiça, entre outros direitos fundamentais para mulheres e crianças. Essa ação é do Ministério da Mulher no Brasil e ocorreu em novembro de 2025. O texto oficial ainda será redigido.

<sup>2</sup> Com base no **Dicionário On-line de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/abrigamento/>.

<sup>3</sup> Com base no **Protocolo Nacional para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes em Riscos e Desastres da UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/protocolo-nacional-para-protecao-integral-criancas-e-adolescentes-em-riscos-e-desastres>.

<sup>4</sup> **COP30** – no site gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/novembro/cop30-brasil-apresenta-diretrizes-para-protoger-mulheres-e-meninas-em-desastres-climaticos>.

## Catástrofe

Desgraça pública ou acidente de grandes proporções com muitos envolvidos. Geralmente está relacionada a fenômenos naturais (Sassi, 2024, p. 17).

Uma catástrofe<sup>5</sup> pode ser definida como um evento ou situação que causa grande destruição, sofrimento e perda. É um acontecimento que causa impacto significativo e geralmente afeta um grande número de pessoas, propriedades e o meio ambiente.

As catástrofes podem ser naturais, como terremotos, furacões, enchentes e incêndios florestais, ou causadas pelo homem, como acidentes industriais, ataques terroristas e guerras.

## Desastre

Segundo a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil<sup>6</sup>, desastres são eventos adversos que causam grandes impactos na sociedade, onde esses eventos podem ser diferenciados em função da origem. Os desastres ambientais são classificados como humanos ou naturais.

O CEMADEN<sup>7</sup> foi criado em julho de 2011 pelo Decreto Presidencial nº 7.513, como parte da estratégia nacional para a gestão de riscos de desastres, com o objetivo de desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas vulneráveis de todo o Brasil.

O Centro tem como missão realizar o monitoramento das ameaças naturais em áreas de riscos de municípios brasileiros suscetíveis à ocorrência de inundações, enxurradas e deslizamentos de terra, além de realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado, com o objetivo final de reduzir o número de vítimas fatais e prejuízos materiais em todo o país

## Desabrigada(o)

Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua casa, moradia, em consequência de uma catástrofe climática, em função de evacuações preventivas, destruição ou desastre e que precisa de abrigo. Conforme o dicionário: “Quem está sem abrigo; indivíduo que já não possui moradia”<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> **Conceito.** Disponível em: [https://www.significadosdepalavras.com/catastrofe#google\\_vignette](https://www.significadosdepalavras.com/catastrofe#google_vignette).

<sup>6</sup> **Coordenadoria Estadual da Defesa Civil** – no site da Defesa Civil. Disponível em: <https://www.defesacivil.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-um-desastre>.

<sup>7</sup> **CEMADEN** – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/07/entrevista-diretor-do-cemaden-osvaldo-moraes>.

<sup>8</sup> **Com base no Dicionário On-line de Português.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/abrigamento/>.

Desde o início da catástrofe, a equipe do ACNUR<sup>9</sup> permanece em campo no Rio Grande do Sul, atendendo ao pedido de apoio das autoridades brasileiras. A agência atua na continuidade da resposta emergencial, na recuperação das comunidades afetadas e na assessoria técnica aos planos de reconstrução do estado.

Em estreita coordenação com autoridades locais, outras agências da ONU, governos doadores, parceiros do setor público e privado, academia e sociedade civil, o ACNUR segue comprometido em oferecer assistência às pessoas que ainda necessitam de apoio.

## Gênero

O grupo HERA (Health, Empowerment, Rights and Accountability) conceitua gênero como:

conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que é ser um homem ou uma mulher na sociedade, que não são determinados pelo sexo biológico, mas por uma construção histórico-social passível de transformação (Hera, 2019, p. 18).

Outro entendimento possível sobre gênero é que é uma construção social a respeito da diferença de sexos e, conforme Gugel (2019):

O sexo se relaciona com a realidade biológica e a anatomia masculina e feminina. O gênero se refere à cultura que estabelece posturas e comportamentos para homens e mulheres, destinando-lhes papéis, gestos, linguagem, roupas, profissões que ela deve adotar na vida em sociedade (Gugel, 2019, p. 428).

Destaca-se ainda que: “Em contextos de desastres ambientais aumentam: casamentos forçados, exploração sexual, evasão escolar, fome, gravidez precoce, migração insegura” (Gazeta, COP30).<sup>10</sup>

De acordo com a ONU Mulheres<sup>11</sup>: “A violência contra as mulheres é uma das injustiças mais antigas e generalizadas da humanidade, mas segue sendo uma das que menos se combate”, afirmou Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da agência sanitária da ONU em um comunicado.

<sup>9</sup> ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/rio-grande-do-sul-brasil>.

<sup>10</sup> **Gazeta, COP30** – COP30 e gênero: quem protege as mulheres da crise climática? Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/cop30-e-genero-quem-protege-as-mulheres-da-crise-climatica-1125>.

<sup>11</sup> **ONU Mulheres** – Quase uma em cada três mulheres no mundo sofre violência de gênero, alerta a OMS. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/11/19/quase-uma-em-cada-tres-mulheres-no-mundo-sofre-violencia-de-genero-alerta-a-oms.ghtml>.

## Violência

Sobre violência podemos dizer que “a palavra violência provém do latim *violentia*, refere-se àquele que age pela força, que é impetuoso, e está relacionada a *violare*, tratar com violência, desonrar” (Habitzreuter, 2019, p. 11). O que, no caso da violência contra mulheres e crianças, destaca o poder e força masculina diante de quem sofre a violência em si.

Considera-se que Chauí (2000, p. 12-13) define violência como:

O que age se utilizando da força para ir contra a natureza de alguém, o que força a liberdade, vontade e espontaneidade de um ser, que viola coisas que são positivadas numa sociedade, tudo o que transgride ações ou coisas que são definidas pela sociedade como justas.

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 2011<sup>12</sup>).

## Violência contra a mulher

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação de seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Apesar de ser um fenômeno que atinge grande parte das mulheres em diferentes partes do mundo, dados e estatísticas sobre a dimensão do problema ainda são bastante escassos e esparsos (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 2011).

Violência contra a mulher: “constitui qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Convenção de Belém do Pará, 1994 – Relatório visível e invisível).<sup>13</sup>

O conceito de violência contra as mulheres, que tem por base a questão de gênero, remete a um fenômeno multifacetado com raízes histórico-culturais, que é permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração. Falar em gênero, em construção social

<sup>12</sup> **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>.

<sup>13</sup> **Relatório Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil**, 5. ed, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf>.

requer do Estado e demais agentes uma abordagem intersetorial e multidimensional na qual as dimensões acima mencionadas sejam reconhecidas e enfrentadas (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 2011).

A violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 2011).

Citam-se duas dessas formas de violência contra a mulher por estar mais relacionadas com o contexto desta escrita:

**Violência física:** qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Inclui atos como tapas, socos, chutes e espancamentos (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 2011 – Relatório visível e invisível).

**Violência sexual:** é a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Constituem violências relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 2011 – Relatório visível e invisível).

## Vulnerabilidade

Em conformidade com o conceito existente na etimologia, tem-se que “os vocábulos em latim *vulnerare*, que significa ferir, lesar, prejudicar, e *b-lis* – suscetível a – teriam dado origem à palavra vulnerabilidade” (Carmo; Guizardi, 2018, p. 5).

O termo vulnerabilidade “revela que a pluralidade de definições exprime as transformações da própria abordagem dos desastres na sociologia. Essa diversidade evidencia tanto a variedade teórica quanto a suscetibilidade de diferentes categorias de pessoas, grupos e lugares” (Mattedi, 2024, p. 4).

Bem como: a vulnerabilidade física diz respeito à probabilidade de perda de um elemento ou um conjunto de elementos e assenta-se em duas formas básicas de caracterização: a) vulnerabilidade constitui a possibilidade de danos (risco = perigo x vulnerabilidade); b) vulnerabilidade constitui o resultado da exposição (risco = perigo + vulnerabilidade) (Mattedi, 2024, p. 2). O que fragiliza e coloca a pessoa em risco, nesse estudo a vulnerabilidade refere-se ao físico no sentido de serem mulheres e crianças independentemente da vulnerabilidade social.

# Histórias e memórias das escolas que serviram de abrigo

---

[...] história e memória partilham uma mesma feição de ser: são ambas narrativas, formas de dizer o mundo, de olhar o real [...] falas que discorrem, descrevem, explicam, interpretam, atribuem significados à realidade.

*Sandra Jathay Pesavento (2006)*

A última década do século XXI tem apresentado características climáticas adversas ao meio ambiente e produzido fenômenos cada vez mais violentos: enchentes, ciclones, calor prolongado.

Em 2024, a enchente transformou a vida da população gaúcha, “visto que muitas pessoas perderam suas casas e entes queridos. Os impactos afetam diversas outras áreas como a saúde, a educação, a economia e a infraestrutura urbana” (Guitarrara, 2024, s.p.).

Os municípios passaram por esse grave problema ambiental e climático, o que afetou cerca de dois milhões de pessoas. Dentre os municípios que mais foram afetados pelas enchentes estão: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Encantado, Gramado, Lajeado, Muçum, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, entre outros. Nesse sentido, reconhecendo nossa imersão e experiência de pesquisa nas regiões do Vale dos Sinos e da Serra Gaúcha, contemplamos estudos, especialmente dessas duas regiões.

Como argumentam Souza e Dewes (2025), apesar dos diferentes contextos atingidos, a catástrofe climática impôs um cenário semelhante, onde aqueles que não foram impactados ou que tinham alguma força para se doar ou para ajudar diante de tantas vidas abaladas e trajetórias perdidas passaram a tentar reescrever uma história fundamentada na solidariedade. Esse certamente foi um dos grandes aprendizados das enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul. E as escolas, que carregam em sua essência o propósito de promover experiências educativas, geradoras de aprendizagem, não se afastaram desse legado; transformaram-se em espaços de acolhimento, de solidariedade, reforçando o seu papel social diante das comunidades afetadas.

No que tange às instituições escolares, dados divulgados pelo governador Eduardo Leite em coletiva de imprensa apresentam um número de 144 escolas estaduais, em um universo de 2.337 instituições, severamente afetadas – 120 delas tiveram os prédios danificados; 22 escolas foram destruídas ou estavam situadas em áreas de risco e por isso não poderão ser reconstruídas nesses locais. Outras que não foram diretamente afetadas serviram como abrigo (Jacobsen, 2024, n.p.).

É preciso considerar ainda que uma parcela representativa de alunos, professores, profissionais e gestores das instituições de ensino também tiveram suas casas atingidas pela enchente; e ainda que a rotina escolar foi prejudicada pela impossibilidade do trânsito até as instituições em virtude do impedimento de vias de acesso. Os impactos no campo da educação são complexificados por diferentes fatores: infraestruturas das escolas afetadas, comunidade escolar impactada em sua vida pessoal, estruturas viárias e de transporte de municípios atingidos, espaços escolares transformados em abrigos para atender os afetados pelas enchentes.

Diante de um cenário caótico, abrigos temporários foram abertos para dar conta de acolher os números cada vez maiores de pessoas desabrigadas em todo o estado. E

apesar da ausência de um plano preventivo para essa organização, em pouco tempo, além das necessidades básicas, outras demandas significativas passaram a emergir, e esses espaços foram adaptando-se para ofertar outros mais serviços, buscando dar o suporte necessário a quem procurava amparo, como os voltados às questões de saúde mental e física.

Se, por um lado, houve uma série de lacunas que precisam ser preenchidas, como denunciaram os estudos de Leitão (2024) em relação à adaptação dos espaços de abrigos, especialmente para atender as especificidades de um público mais idoso; por outro, os indícios revelam que em um número significativo de abrigos houve a tentativa de oportunizar aos acolhidos serviços que transcendiam os relacionados a um espaço para dormir e à alimentação.

Nesse contexto, as instituições educativas em todo o estado gaúcho foram significativas para dar essa acolhida e outros suportes a comunidades que transpunham os limites de seu território, promovendo a reconfiguração não somente de seus espaços, mas do cotidiano escolar.

A organização dos espaços de acolhimento e a criação de fluxos para o bem-estar dos acolhidos emergiram inicialmente de maneiras improvisadas pelos sujeitos diretamente vinculados às instituições escolares. Certau (2014) ajuda-nos a compreender que os homens ordinários, ao traçarem as suas próprias trajetórias, utilizam-se de estratégias e táticas, por vezes inventivas e criativas, para compor o seu cotidiano. Diante de uma emergência climática, reinventar práticas cotidianas, como morar, alimentar-se, reconfigurou o contexto escolar.

Identifica-se nas narrativas uma sensibilidade que procurou não apenas acolher aqueles que mais necessitavam naquelas circunstâncias, mas que traduz valores e saberes adquiridos pelos “saberes de experiência feitos”, que revela o modo como cada um se constitui e compreende sua condição no mundo e o que há de bom senso. É nesse sentido que os sujeitos entrevistados narram o modo como rapidamente organizaram o espaço escolar, doações, transformando o lugar em um espaço de aconchego, dando ao tempo uma nova forma.

A expressão de solidariedade e acolhimento pode ser traduzida em diferentes narrativas que elucidam o modo como o envolvimento mudou a percepção e o olhar das pessoas naquele contexto, como indica a diretora da EMEF Carlos Drummond de Andrade, de Canoas: *Eu vejo que transformou muitas pessoas [...] muitas pessoas solidárias, têm muito amor no coração. [...]* (Valença, 2025, p. 8). Esse aspecto também é indicado por Didomênico (2025), diretora da EMEF Francisco Marcolin, de São Valentim do Sul: *[...] nessas situações, acredito que faz a gente pensar e modificar também a nossa visão um pouco, nesse sentido de acolhimento, o que é empatia.* E ainda para a diretora do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre: *É um dever de cidadania. E é nesses momentos que a gente vai construindo esses elos [...]* (Ribeiro, 2025, p. 12). Contudo, os saberes mobilizados naquele contexto ultrapassam a construção de conhecimento cognitivo, exigiram mobilizar saberes de experiências adquiridas em instâncias distintas e as ações e práticas empreendidas se tradu-

ziram em habilidades agregadas a uma formação mais ampla e complexa, como resume o diretor da Fundação Liberato, de Novo Hamburgo: [...] *foi um momento de se aprender a formar seres humanos, a contribuir e a mostrar para os nossos alunos sobre um aprendizado, sobre solidariedade, um aprendizado sobre acolhimento e humanidade* (Souza, 2025, p. 4).

Uma escola é feita de pessoas, de histórias e de experiências que acumula. O presenteísmo nos sentidos que assumem essas ações no tempo configura-se como uma apropriação de condutas, saberes e conhecimentos diante de catástrofes climáticas. O comunitarismo e o trabalho coletivo caracterizam-se como marcas que caracterizaram essa página da história institucional.

Como argumenta Souza (2026), as instituições educativas como campos simbólicos, onde se partilham experiências e são construídos sentidos de práticas em sociedade, promoveram responsabilidade social e educação solidária para a formação cidadã e para uma consciência sobre o bem-estar da coletividade, nos vínculos e memórias produzidas, ressignificados de forma representativa no cenário da tragédia.

# O que é vulnerabilidade de mulheres e crianças

---

O pressuposto da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais.

*Zygmunt Bauman*

No contexto da vulnerabilidade de mulheres e crianças abrigadas destaca-se que a palavra *vulnerabilidade* refere-se a alguém, nesse caso a mulheres e crianças vulneráveis, por estar em situação de abrigo causado pelo desastre climático no estado do Rio Grande do Sul em 2025; estar vulnerável significa estar fraco, fragilizado, indefeso, exposto a algo, suscetível, desabrigado, nesse caso devido à catástrofe.

Em termos gerais, sempre que estamos vivendo momentos de fragilidade como guerras, catástrofes climáticas, eventos terroristas, sabemos que as mulheres e crianças ficam à mercê da sorte, pois ficam vulneráveis devido até mesmo à questão da força física ser menor do que a dos homens. Contudo tem-se que:

[...] A situação da mulher vulnerável à violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, de refugiada ou de deslocada, entre outros motivos. Também será considerada violência a mulher gestante, deficiente, menor, idosa ou em situação socioeconômica desfavorável, afetada por situações de conflito armado ou de privação da liberdade (Brasil, 1996, p. s/n).

Esses fatores são levados em consideração por exercício do Decreto 1.973, de 1º de agosto de 1996. O problema é que, quando chegam para julgamento, já aconteceram, pois nessas situações e em casos de abrigo essas mulheres estão vulneráveis, bem como as crianças.

Em conformidade com o conceito existente na etimologia, tem-se que “os vocábulos em latim *vulnerare*, que significa ferir, lesar, prejudicar, e *b-lis* – suscetível a – teriam dado origem à palavra vulnerabilidade” (Carmo; Guizardi, 2018, p. 5).

No caso específico deste estudo tem-se que: “períodos de eventos climáticos extremos evidenciam e agravam as vulnerabilidades das minorias sociais que, durante a vida comum, já se encontram suscetíveis às violências” (Marques, 2024, p. s/n). Isso porque, ao ficarem desabrigadas, as pessoas não tinham condições favoráveis e acabaram sendo encaminhadas para abrigos criados no momento de necessidade.

Outro fator impactante para definir a vulnerabilidade de mulheres e crianças tem relação com o fato de “o machismo e o comportamento violento contra mulheres e crianças não cessam em momentos de calamidade pública. Na verdade, especialistas apontam que eventos climáticos agravam a violência de gênero” (Marques, 2024, p. s/n). Afinal, as vítimas ficam expostas, fragilizadas e suscetíveis a todo tipo de violência possível.

Conforme foi noticiado nas principais mídias de referência no estado e país, que causaram um choque ainda maior na população que assistia essa tragédia toda, foi que:

nos abrigos montados às pressas em escolas e ginásios das cidades gaúchas para recepção das pessoas que perderam seus lares e pertences pessoais começaram a surgir denúncias de abusos físicos e sexuais cometidos contra mulheres e crianças (Marques, 2024, p. s/n).

As impactantes notícias trouxeram à tona a situação de vulnerabilidade de mulheres e do estupro de crianças vulneráveis. Logo abusos, estupros e violência foram identi-

ficados, causando mais dor a quem já estava passando por um trauma doloroso de perdas incontáveis e sofrimento. E, conforme afirma Marques (2024), “em menos de uma semana, espaços voltados para o acolhimento de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade se tornaram ambientes de violações humanas para algumas delas” (p. s/n). E as vítimas nesse caso eram mulheres e crianças, mais uma vez evidenciando sua vulnerabilidade diante do desastre climático que já os tinha desabrigado e quem sabe até algumas passando por luto de entes queridos, foram então mais uma vez violentamente vitimadas.

Cruel realidade ocasionou uma demanda de soluções imediatas ao Conselho Estadual de Mulheres do Rio Grande do Sul e parlamentares, conforme:

foram denunciados os abusos sofridos pelas mulheres e crianças nos espaços para abrigados, bem como foram reivindicados “um local para fazer esse tipo de denúncia, banheiros exclusivos para mulheres, abrigos exclusivos para mulheres e crianças, atendimento psicológico e itens específicos em meio às doações que chegam ao estado, como absorventes, fraldas, itens de higiene, roupas íntimas e roupa de banho” (Marques, 2024, p. s/n).

Sabe-se que devido a essas exigências foram criados alguns abrigos para acolher crianças e mulheres e, conforme Marques (2024), foram “nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Viamão” (p. s/n), pelo menos até o artigo de Marques (2024) ser publicado. Até aquele momento, nos abrigos gerais haviam sido sugeridas algumas soluções, que também incluíram as voluntárias mulheres, como ela comentou: “não circular pelos ambientes sozinhas e está sendo organizada, quando possível, a separação entre os homens e as mulheres com crianças, dedicando-se, inclusive, vigilantes para realizar a segurança” (Marques, 2024, p. s/n).

Outra medida tomada naquela época foi de não divulgar o endereço desses abrigos que eram só de mulheres e foram criados canais para denúncia e divulgados para as pessoas em abrigo.

Tais informações são fundamentadas pelo artigo de Alícia Marques, que é assistente social e era mestrande na época; ela publicou o seu artigo no Jornal da Universidade da UFRGS. Ela se sobressai nessa escrita por não existirem ainda outros artigos publicados a esse respeito, sendo de essencial importância para este estudo e a escrita do livro.

E em termos de vulnerabilidade de vítimas de desastres climáticos é possível mencionar um estudo que traz que “o foco sobre desastres ambientais está presente nos trabalhos das ciências sociais que reúnem análises relativas às desigualdades sociais e seu impacto nos contextos vulnerabilizantes”. Confirmando que esses desastres vulnerabilizam suas vítimas (Carmo; Guizardi, 2018, p. s/n).

O contexto da vulnerabilidade de mulheres e crianças abrigadas recai na violência de gênero, violações do cunho de abuso sexual e estupro.

E da diferenciação de papéis programados pela sociedade para homens e mulheres emerge a disparidade de tratamento nas mais variadas áreas da sociedade, colocando a mulher, em todas elas, em posição desvantajosa em relação ao homem, cuja função social sempre foi vista como de maior importância, força e poder (Hera, 2019, p. 18).

O que submete as mulheres com suas crianças, pior ainda, as crianças sem uma mãe ou cuidadora ao cenário de violações diversas, em especial ocorreu com aquelas e aqueles em situação de abrigo no período das catástrofes climáticas no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024.

Tentar explicar o que é vulnerabilidade não é tarefa fácil; afinal, muitas são as variáveis, não apenas no contexto do individual, mas do coletivo; refere-se a condições que estão imersas em desvantagem social e de gênero, como no caso a catástrofe climática das enchentes que expôs as pessoas, e muitas ficaram sem nada do que possuíam em minutos.

E nesse cenário quase de guerra, para aquelas mulheres, crianças e adolescentes o efeito nocivo é pior do que para os homens, pois acabam tão expostas e, muitas vezes, sem alguém que as proteja em um cenário de violência e violações diversas, que inclui os abusos sexuais e estupro.

## **A interseccionalidade da vulnerabilidade de mulheres e crianças**

Ao estudar a vulnerabilidade de mulheres e crianças no contexto do abrigo no cenário devastador das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 sobressai a necessidade de observar que existe uma interseccionalidade entre a situação vulnerável de mulheres e crianças, natural às dinâmicas sociais que por si só colocam essas pessoas em situação de risco, mais ainda quando expostas ao (des)abrigo.

Tal interseccionalidade destaca “a interligação inextricável de fatores como raça, gênero e classe na experiência da opressão” (Pinel; Servo; Casali, 2023, p. 798). Ou seja, o lugar da mulher em abrigos não é o mesmo do homem; nele ela está mais vulnerável que sempre, embora sempre o seja mais vulnerável, e as crianças são uma extensão da vulnerabilidade da mulher, mãe ou cuidadora. E embora se entenda que mulheres e crianças deveriam ser protegidas, sabe-se que em situações extremas elas ficam à mercê da própria sorte e do quanto forem capazes de se proteger, em especial se proteger dos homens no seu entorno.

Faz-se necessário ainda destacar que “nesse contexto a mulher negra emerge como um grupo especialmente vulnerável, cujas lutas históricas foram frequentemente negligenciadas pelos movimentos feministas e antirracistas hegemônicos” (Pinel; Servo; Casali, 2023, p. 799). Criando uma lacuna ainda maior sobre a questão de vulnerabilidade, em especial no caso de estar (des)abrigada.

Da mesma forma é preciso destacar os aspectos sociais, como a pobreza, ser mulher e pobre, potencializam o risco, no sentido de se autoprotger e ter rede de apoio. “Tentativas patriarcais capitalistas de supremacia branca para desmanchar o sistema de assistência social em nossa sociedade privarão mulheres pobres e indigentes do acesso às necessidades mais básicas da vida: abrigo e comida” (Hooks, 2018, p. 66). E isso é grave e vulnerabilizante, mais ainda em casos extremos de catástrofes e desastres climáticos.

No entanto, essa triste realidade foi evidenciada, e a vulnerabilidade de mulheres e crianças é fato a ser percebido e de alguma forma, com várias frentes de esforço, precisa ser pensada, escancarada e daí vem as possíveis formas de cura, de prevenção e principalmente diante de tragédias precisa ser prevenida. Pois não se pensou nesse sentido no momento do ocorrido, e daí a vulnerabilidade exposta foi de fato confirmada nas ocorrências de violência de gênero, abuso e estupro dentro dos abrigos.

## **O poder masculino que elege vulnerabilidades**

Historicamente, o poder do homem prevalece sobre as mulheres e crianças, sendo esse um ser que sente ter o direito à posse da família e de outras mulheres e de crianças, sendo ele o responsável pela hierarquia e hegemonia desses outros humanos que com ele vivem ou convivem. Logo estes precisam acatar as suas ideias e vontades e, quando isso não ocorre nesse formato, a fúria e força masculina podem vir a agredir e violar direitos e corpos femininos e infantis. Entendendo equivocadamente que esse é um direito seu e que nada de errado existe nisso.

Atualmente existe na sociedade patriarcal a dominância do gênero masculino em detrimento do feminino em todos os âmbitos de convivência, gerando desigualdade de gênero nos mais variados espaços; isso é um fator vulnerabilizante. Daí tem-se que esse contexto de não semelhança “nos instiga a contestar os fenômenos sociais e buscar sua transformação, especialmente no que se refere aos processos de dominação e exploração do homem sobre a mulher e o patriarcado” (Maroneze, 2021, p. 163).

Nesse sentido, sempre que se menciona o patriarcado se está indiretamente falando sobre as relações de poder e de repressão de homens sobre as mulheres (Saffioti, 2015). Simplesmente porque sempre foi assim, e esse é um lugar o qual a maioria dos homens não pretende abandonar, pois para eles é confortável estar nessa posição de poder e comando.

Em conformidade com Saffioti (2015), destaca-se que a violência contra a mulher é naturalizada pela sociedade que é patriarcal, e está aceita de forma banal a opressão violenta, que não deixa de ser uma expressão da virilidade e da força masculina. Essa é a realidade aceita pelo senso comum, inclusive pela maioria das mulheres, que há muito foram instituídas a aceitar esse modo de dominação dos homens para com as mulheres, e ainda compreende que não pode ser feliz se não constituir uma família e tiver compromisso formal com o violador natural.

Por isso em situação de vulnerabilidade a mulher submete-se ao homem, pois bem conhece seu lugar de submissão natural e, em estando vulnerabilizada por uma catástrofe, nem sabe a quem pedir socorro; outras mulheres como ela estão na mesma situação, e o melhor é ficar calada e sucumbir; com elas sucumbem também as crianças que estão sob seus cuidados e as que estão sozinhas; não tem mesmo como contestar nada e nem sabe como se proteger; afinal, os adultos de seu entorno deveriam estar cuidando delas e protegendo, mas infelizmente não é o que sempre ocorre.

Salienta-se que, para Hanna Arendt (2009, p.73), a violência está profundamente ligada ao ideal de poder, e essa definição é perfeita, uma vez que se refere à ideia de dominação. Embora não considere a perspectiva de gênero, a autora pode ser compreendida quando pensada através da lógica patriarcal. Através da analogia podemos entender que: “[...] onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desapareção do poder”.

Assim estamos, e isso não é diferente em situação de (des)abrigo, o que, além de submeter, infere vulnerabilidade diante do contexto, em especial em *terra de ninguém* mais ainda a mulher e conseqüentemente crianças estão diante dessas situações a critério da sorte, pois não podem fazer muito por si mesmas e em proteção às crianças, além do que está a seu próprio alcance, que no caso é limitado.

# Abuso sexual e estupro em meio à vulnerabilidade

---

Estupro é um dos crimes mais terríveis da Terra. O problema dos grupos que lidam com o estupro é que eles tentam ensinar às mulheres como se defender. Enquanto o que precisa ser feito é ensinar aos homens a não estuprar.

*Kurt Cobain*

No que se refere a mulheres e crianças, o contexto de (des)abrigo gera um estado de vulnerabilidade; sempre essas vítimas são mais vítimas do que outras no sentido de já terem passado por traumas que as colocaram nessa situação, mas que podem ocasionar ainda mais situações dolorosas relacionadas ao que se refere às diferentes instâncias violentas, como no caso da violência de gênero, do abuso sexual e até mesmo do estupro, uma vez que ficam à mercê de pessoas em geral, inclusive de homens que nem conhecem, mas também daqueles que já eram nocivos e violentos dentro do próprio lar.

Em contextos de normalidade, nesse caso antecedendo os desastres climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul em 2024, tem-se que:

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de 2011, teve por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional (Medeiros; Zanello, 2018, p. 393).

Mas no momento dos desastres a defesa civil e a sociedade em geral pensaram em salvar e abrigar todos da mesma forma; não houve talvez tempo para pensar na situação das mulheres e/ou de crianças em abrigos, até porque existe uma certa invisibilidade acerca dessa necessidade tão particular.

Ao analisar os documentos relacionados à questão da violência e da mulher, as autoras perceberam que tais documentos nacionais, inclusive os que se baseiam em outros de cunho internacional que abordam a questão da violência de gênero, não interpelem “[...] como a mulher, que teve sua integridade física e psicológica violada, deve ser tratada e nem sobre o impacto dessa violação para sua saúde física e, principalmente, mental” (Medeiros; Zanello, 2018, p. 399). Sempre que algo desse tipo ocorre com mulheres, elas não são devidamente apoiadas, em especial em sua questão de adoecimento mental. “Falta a integralidade nas ações acerca do adoecimento mental em mulheres com histórico de violência” (Medeiros; Zanello, 2018, p. 398). Sendo que a violência física ou sexual sempre está acompanhada de uma violência emocional/psicológica.

A violência sexual contra mulheres já é por si só uma lástima, mas o que dizer a respeito do abuso sexual e/ou estupro de crianças. Portanto, destaco que “estudos da área já demonstram que a violência sexual na infância e adolescência está associada a uma série de consequências negativas a longo prazo, incluindo problemas de saúde física e mental” (Santo, 2024, p. 13).

E essa não é uma prática por si só, mas está alicerçada em “aspectos culturais, legais e sociais que sustentam a sua perpetuação e tornam a sua incidência cada vez mais abrangente” (Santo, 2024, p. 13). Em especial quando ignorantemente se colocam crianças em um abrigo com adultos de todos os tipos. Se para uma mulher adulta esse contexto já é arriscado, para crianças é ainda mais perigoso.

Mencionando que “a coisificação do outro é evidente na violência sexual, em que o agressor se apropria do corpo da vítima com o intuito de obter prazer sexual”

(Habitzreuter, 2019, p. 12). Nesse momento prevalece a sua intenção, não importando para o violador o consentimento da vítima.

Pesquisas sobre a temática da violência contra mulheres e crianças, sobre abuso e estupro podem fortalecer laços para que se possa “desenvolver estratégias de intervenção que possam mitigar os prejuízos no desenvolvimento infantojuvenil, mas também é igualmente importante na formação de políticas públicas eficazes para o enfrentamento desse tipo de violência” (Santo, 2024, p. 14).

Voltando ao quesito da violência de gênero e/ou sexual da mulher, tem-se que levar em consideração que a mulher em si não existe e é vista como alguém que está a serviço do homem; existe apenas “para o outro, sendo elaborado com pauta no corpo feminino, sendo assim a essência existencial desta se reduz à sua capacidade reprodutiva e de satisfação sexual (Do homem, jamais dela)” (Campos, 2021, p. 30). Logo o homem pode fazer o que achar que deve desse corpo e dessa mulher, ao menos em seu imaginário e nessa corrente de pensamento, que muito justifica as violações sofridas pelas mulheres.

Em defesa das mulheres, “muitas conseguem notar-se nessa complexidade de poder e buscam rebelar-se perante tal situação, não tendo, porém, força suficiente para alterar estruturas tão enraizadas” (Campos, 2021, p. 30), pois dependem de uma estrutura maior, que lhes valide a ousadia e força utilizadas nesse enfrentamento, senão de nada adianta.

Conforme Campos (2021), “quanto à composição do cenário de vítima do estupro, a estimativa é que 88,5% são mulheres e dessas 51% são negras ou pardas, além do fato de que 70% dos estupros que chegam à rede pública de saúde tiveram como agredidas crianças e adolescentes” (p. 45). Isso em um contexto em que pessoas estão em suas esferas de vida dita normal, junto da composição de vida familiar, quando possível, mas no contexto de uma tragédia, um desastre climático como o acontecido no Rio Grande do Sul em 2025, então mulheres e crianças tornam-se ainda mais vulneráveis.

Destaca-se que o abuso sexual é um trauma forte que pode ser considerado a experiência de passar por um desastre aéreo ou por um campo de concentração, podendo levar a vítima a ter um transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). A pesquisa de Garbin *et al.* (2011) a respeito da violência sexual demonstra que o sofrimento psicológico é incessante para as vítimas, que continuamente necessitam fazer psicoterapia por um longo tempo, visando resgatar sua saúde emocional.

Para Lira *et al.* (2017), as consequências do abuso sexual na infância influenciam a vida adulta, sendo percebidas em situações de sofrimento psicológico, que levam a relacionamentos problemáticos e maior suscetibilidade de surgir novas vitimizações.

Com esse propósito de entendimento das violências praticadas contra a mulher, pensar a relação de gênero é fundamental. “Ao nascer todo indivíduo é classificado como homem ou mulher, sendo associado a cada uma dessas categorias um conjunto de características e de valores em torno dos estereótipos de gênero” (Pretto, 2015, p. 69-70). De onde se tem diferenças entre masculino e feminino, homem e mulher, menino e menina.

Em termos de violência de gênero, é importante destacarmos primeiramente a concepção de gênero ao longo dos tempos:

O gênero não é simplesmente o fato biológico de ser homem ou mulher. Gênero significa uma construção social, um modo de ser no mundo, um modo de ser educado/a e um modo de ser percebido/a que condiciona o ser e o agir de cada um (Gebara, 2000, p. 106).

Essa é uma velha construção que posiciona homens e mulheres em lugares diferentes e concede poder ao homem sobre a mulher, coloca a mesma no lugar de quase propriedade masculina, o que talvez nos faça perceber por que tantos são os casos de violência de gênero e sexual na atualidade, bem como o elevado índice de feminicídios em nosso país e no mundo.

Posto isso fica evidente que, no tocante ao gênero, refere-se a uma “construção de sujeitos históricos subjugados a outros, não só em razão de sua classe social, mas por uma construção sociocultural das relações entre homens e mulheres, entre masculino e feminino” (Gebara, 2000, p. 106), e quem está subjugado aqui é o gênero feminino pelo masculino de forma estrutural. Ainda para a mesma autora, “a sexualidade é culturalizada a partir das relações de poder” (Gebara, 2000, p. 106).

Consequentemente, a mulher está no mundo em uma condição muito diferente da do homem; vem sendo esperado dela que se submeta ao comando masculino. Dentro da família isso é esperado, e quando essa mulher não tem uma família ou está (des)abrigada, ela então fica exposta e vulnerável à mercê de qualquer homem que se aproxime e resolva subjugá-la como uma posse de seu direito, mesmo que não seja. E então o risco de violência de gênero, abuso sexual e estupro é iminente em situações de abrigo coletivo.

É tão necessário não deixar esse desastre com conotação trágica de violação sexual para mulheres e crianças passar despercebido, indo ao encontro do público em sofrimento emocional para lhe ofertar alento ao menos, e a psicoeducação pode ser uma possibilidade disso.

Costumeiramente, a sociedade utiliza um discurso que tende a “culpabilizar a vítima por meio da desqualificação da palavra e da própria mulher, disseminando, dessa forma, a manutenção de uma cultura machista, patriarcal e preconceituosa ao tentar justificar condutas criminosas” (Santos, 2017, p. 43). Como o que ocorre em casos de estupro e abuso sexual, como se a mulher ou criança foi quem provocou o ocorrido, e isso precisa parar, pois a vítima não tem culpa do ocorrido quando o estuprador ou violador não tem controle sobre seus impulsos sexuais e de posse, que falsamente lhe passam a ideia de que ele pode fazer o que faz, mesmo que inserido em um contexto de abrigo, com inúmeras outras pessoas percebendo o acontecimento. Mesmo assim, esse violador acha-se em razão do crime que cometeu.

E em termos do que se refere às crianças e aos adolescentes na Constituição Federal de 1988, o artigo 227 dispõe que:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e ao convívio familiar e comunitário, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p. s/n).

Mas para tal ao levar crianças para um abrigo, mesmo que em situação de extrema necessidade, isso precisa ser uma prática procedimental que vise proteger as mesmas da vulnerabilidade implícita; não é só abrigar, é sobre cuidar e proporcionar segurança para que a violência sexual não alcance essas crianças, que já estão passando por um forte trauma, que as conduziu até essa situação de abrigo. É sabido que a falta de experiência no contexto improvisado dos abrigos na época da catástrofe climática no Rio Grande do Sul teve foco em abrigar o maior número de pessoas possível, mas é também necessário proteger de outras violências no abrigo.

Consoante com a OMS (2020), sabe-se que a violência contra as mulheres é endêmica e que ocorre em todos os países e culturas, causando prejuízo a milhões de mulheres e suas famílias. Sendo já vulneráveis em suas famílias, pelo fato de as mulheres serem consideradas mais fracas e sensíveis, mais ainda o serão no contexto do abrigo quando fragilizadas, traumatizadas e em sofrimento, sendo expostas a locais inseguros para si e suas crianças, mais ainda para crianças e adolescentes sozinhas, e se mulheres, e se negras, aumenta a probabilidade da violência, em especial a sexual.

De acordo com o UNFPA<sup>14</sup>, que “desempenha um papel vital em contextos humanitários, incluindo a coordenação de medidas para prevenir, mitigar e responder à violência baseada no gênero” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 8), o contexto de catástrofes climáticas, como o vivido no Rio Grande do Sul, “gera impacto desproporcional para mulheres e meninas, colocando-as em uma situação de maior vulnerabilidade no que diz respeito às questões de saúde e segurança devido à falta de proteção adequada” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 11).

Destaca-se que isso de fato ocorre e que se faz necessário pensar em “ações para garantir proteção às populações afetadas, assegurando que mulheres e meninas recebam o apoio necessário durante emergências humanitárias decorrentes de crises climáticas” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 11).

O UNFPA destaca que atos de violência sexual e de gênero podem ocorrer nesses contextos e enfatiza que:

[...] tanto em espaços públicos como na esfera privada. Entre os tipos de violência mais comuns estão a violência sexual (estupro, tentativa de estupro, contato físico indesejado, exploração sexual, abuso e assédio sexual), violência doméstica e familiar (incluindo física, psicológica, moral, patrimonial e sexual), importunação sexual e casamento forçado e outras.

O material dessa referência é o Guia de Enfrentamento à Violência baseada no gênero no contexto de emergência climática do Rio Grande do Sul; foi criado após as ocorrências de violência sexual e de gênero contra mulheres, crianças e adolescentes em situação de (des)abrigo coletivo e menciona que em “situações de crises humanitárias os grupos mais vulneráveis à violência são mulheres, meninas, meninos e adolescentes,

---

<sup>14</sup> Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais.

peças com orientação sexual ou identidades de gênero diversas, pessoas com deficiência e idosos” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 13), em outras palavras: pessoas vulneráveis.

Ressalta-se que qualquer ato de violência deixa marcas e que existem consequências, em especial as invisíveis, que são as psicológicas, como: “medo, sentimento de culpa, ansiedade, depressão, tristeza, solidão, baixa autoestima, ideação suicida, estresse pós-traumático, síndrome do pânico e dificuldades de relacionamento” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 14). Obviamente precisam ser tratadas com maior brevidade possível.

Condições extremas e de (des)abrigo geram “um ambiente propício para novas ameaças e vulnerabilidades, especialmente para mulheres e meninas” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 14), situações que demandam atenção, proteção e cuidados, o que não ocorreu na emergência do inesperado nos abrigos no Rio Grande do Sul num primeiro momento. Então no decorrer de uma catástrofe e em “fases iniciais de uma emergência humanitária, a maioria dos incidentes de violência baseada no gênero está relacionada a casos de violência sexual, onde o alvo prioritário são mulheres e meninas” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 14). Nesses casos, é iminente proteger as vítimas da catástrofe dessa nova violência: a sexual.

Por violência sexual destacam-se nesse contexto as duas a seguir; embora existam outras possíveis, estas foram as identificadas neste estudo:

- **Abuso sexual:** uma forma ampla de categorizar atos de violência sexual em que não há consentimento da outra parte. Fazem parte desse tipo de violência qualquer prática com teor sexual que seja forçada, como a tentativa de estupro, carícias indesejadas e sexo oral forçado.
- **Estupro:** ato ou contato sexual que use de violência e coação e ocorra sem o consentimento da sobrevivente. No Brasil, qualquer relação com pessoas menores de 14 anos é tida como estupro de vulnerável e não cabe argumento de “consentimento” (Rio Grande do Sul, 2024, p. 14).

No Guia estabeleceu-se a necessidade de criar ‘Espaços Seguros’ nos abrigos; trata-se de locais feitos por mulheres para outras mulheres:

onde se pode receber informações confiáveis, confidenciais, onde é possível receber apoio diante de um incidente de violência, feitos para estabelecer conexões, aprender e se desenvolver, de apoio mútuo, onde todas podem se sentir livres para se expressar sem julgamentos, onde suas vozes importam e onde as mulheres têm a possibilidade de escolher. É uma metodologia criada para promover atividades de prevenção e gestão de casos de violência de gênero e empoderamento de mulheres e meninas em emergências humanitárias. Essa ação busca criar espaços próprios para que as mulheres se encontrem e se conheçam, se fortaleçam e criem redes de apoio (Rio Grande do Sul, 2024, p. 28).

Lamentavelmente, todas essas ações são criadas após os incidentes no contexto de vulnerabilidade de mulheres e crianças nos abrigos pós-catástrofe climática, mas ao menos ações foram criadas e pensadas para possíveis futuras desgraças indesejadas.

No guia também se encontra um protocolo a ser seguido caso ocorram essas situações. Tudo isso evidencia a triste realidade dessas ocorrências no Rio Grande do Sul em 2024.

# Violência de gênero: o que ocorria em casa mostra-se no abrigo

---

Apesar de tantas lutas, a violência contra as mulheres ainda subsiste, faz parte do nosso convívio hodierno, de nossas raízes socioculturais, algumas vezes veladas, silenciosas e difíceis de ser identificadas, outras totalmente ostensivas.

*Soraya Rodrigues de Aragao*

Ao instituir a escrita sobre violência de gênero, é necessário clarificar o conceito do que vem a ser violência. Como vimos, “a palavra violência provém do latim *violentia*, refere-se àquele que age pela força, que é impetuoso, e está relacionada a *violare*, tratar com violência, desonrar” (Habitzreuter, 2019, p. 11). O que, no caso da violência contra mulheres e crianças, destaca o poder e a força masculina diante de quem sofre a violência em si.

Considera-se que Chauí (2000) define violência como:

O que age se utilizando da força para ir contra a natureza de alguém, o que força a liberdade, vontade e espontaneidade de um ser, que viola coisas que são positivadas numa sociedade, tudo o que transgride ações ou coisas que são definidas pela sociedade como justas (p. 12-13).

A autora entende a violência como uma falta de ética, porque os seres racionais não são coisas e são dotados de liberdade; daí utilizar a força privando o outro de sua liberdade fere a ética (Chauí, 2000). É algo inaceitável e invasivo com toda a certeza, mais ainda quando se trata de crianças e mulheres.

Para Berenice (2015, p. 49), “o conceito de violência de gênero perpassa toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou que seja passível de causar morte, dano ou sofrimento”. No caso deste estudo, está centrado na violência de gênero ou sexual, de pessoas em situação de abrigo devido à catástrofe climática mencionada.

Por conseguinte, ao se mencionar violência de gênero, é essencial compreender que “gênero é uma construção social, que identifica papéis sociais de natureza cultural, e que levam à aquisição da masculinidade e da feminilidade” (Habitzreuter, 2019, p. 19). Dizendo qual o lugar e o papel do masculino e do feminino, conforme a sociedade entende esses lugares.

Em concordância com os autores Miguel e Biroli (2013), no que se refere à violência de gênero, que mencionam atos abusivos produzidos a contar da dominação androcêntrica, que não são uniformes e acontecem em diferentes contextos, entende-se que é um processo que começa com ações violentas menores e vai se expandindo, aumentando o grau e frequência das ações abusivas, podendo chegar ao feminicídio, sendo até mesmo o primeiro ato violento inadmissível.

Tem-se ainda a noção de que a violência de gênero tem relação com o que se apresenta a seguir:

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (Saffioti, 2002, p. 115).

Desse lugar de “direito de punir” o homem comete violência de gênero, entendendo que a sociedade espera isso dele, e sob esse ponto de vista ele é tão vítima quanto

a mulher de uma construção arcaica social e cultural que o leva nesse caminho sem refletir a esse respeito.

E por mencionar reflexão uma prática que tem ocorrido no Direito e que tem trazido resultados positivos é que

acordos com juízes, tendo estes alterado suas sentenças em direção ao ensinamento dos homens violentos, obrigando-os seja a frequentar grupos de reflexão supervisionados por equipes multidisciplinares de profissionais feministas homens (RJ), seja a prestar serviços em associações destinadas ao encaminhamento de mulheres vítimas para órgãos do Estado ou ONGs, capazes de auxiliá-las. [...] discutindo suas condutas violentas em relação a suas companheiras. Seu sucesso tem sido enorme, uma vez que o “índice de recaída” (homens que voltam a perpetrar violências) é irrelevante (Saffioti, 2002, p. 122-123).

Esse tipo de sentença tem educado e feito refletir, bem como demonstra resultados positivos em termos desses homens pensarem sobre gênero e sobre a conduta violenta que praticaram, entendendo o que estão fazendo a ponto de não replicar esse tipo de ação violenta.

Isso posto, gênero é “categoria de análise das ciências sociais para questionar na essência a diferença dos sexos, a ideia de que mulheres são passivas, emocionais e frágeis; homens são ativos, racionais e fortes” (Habitzreuter, 2019, p. 19) – predefinições sobre o lugar que cada um ocupa e que se constitui de acordo com fatores históricos e culturais.

Destaca-se que o conceito de gênero foi criado visando demonstrar que “a grande maioria das diferenças entre os sexos é construída social e culturalmente a partir de papéis sociais diferenciados, que, na ordem patriarcal, criam polos de dominação e submissão” (Cunha, 2014, p. 150). Fica óbvia a submissão da mulher e a dominação ao cargo do homem.

A Organização Mundial da Saúde entende as questões de gênero como um conjunto de características estabelecidas socialmente, incluindo relações, papéis e normas sociais que variam conforme a cultura (World Health Organization – WHO, 2020, a). Em algumas culturas, o gênero feminino é mais subjugado do que em outras, e essas definições são seguidas na sociedade.

Sobretudo, ainda na concepção de gênero definida pela Organização Mundial da Saúde, gênero é entendido como um marcador hierárquico que reflete a desigualdade das relações de poder entre homens e mulheres, sendo as mulheres, ao longo dos séculos, desfavorecidas econômica, política e socialmente (World Health Organization – WHO, 2020, b), o que indiretamente as deixa em situação de maior vulnerabilidade frente ao papel dos homens.

Existe a polaridade entre os sexos, estabelecida pelo conceito de gênero, e nela “o sexo masculino se encontra como forte, dominador, racional, chefe de família, enquanto o sexo feminino é o sexo frágil, dominado, domesticável, emotivo e dócil” (Cunha, 2014, p. 151). O que deixa a cargo do homem ser quem domina e assim a mulher tende a se tornar posse; daí a facilidade em ser vítima das violências praticadas pelos homens, inclusive dentro do próprio ambiente familiar.

Cabe ainda salientar que, se “gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder” (Saffioti, 2002, p. 117), então nem homens tampouco mulheres podem situar-se fora dele, pois exercem papéis importantes dentro de suas características masculina e/ou feminina.

Segundo Habitzreuter (2019, p. 20) na Segunda Conferência Mundial da Mulher realizada em Copenhague, foi destacado que:

O reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais constatou como desrespeito aos direitos humanos as violências física, psicológica e sexual ocorridas no ambiente familiar, culminando na elaboração da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, além de definir a violência perpetrada ou tolerada pelo próprio Estado.

De onde se entende a necessidade de o Estado prover segurança em especial ao gênero que sofre com essa violência, nesse caso mulheres e junto delas as crianças, sejam meninas ou meninos, que sofrem quando são vitimadas ou por presenciar o que ocorre com a mãe.

Destaca-se que crianças sofrem abusos familiares naturalizados por pais e/ou mães em função das normas de respeito à hierarquia familiar, mesmo que equivocadas.

Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, quer seja em um relacionamento homem-mulher, quer seja na conexão entre pais ou mães e crianças (Hooks, 2018, p. 76).

Outra forma de violência contra crianças ocorre quando mulheres por serem vítimas de violência doméstica ou de gênero tornam-se agressivas e acabam por agredir os filhos e crianças próximas ou não as protegem por não conseguir ir contra o homem agressor, bem como naturalizam abusos, inclusive sexuais.

Conforme Hooks (2018, p. 75), “sabemos agora que crianças são violentadas não somente quando são o alvo direto de violência patriarcal, mas também quando são forçadas a testemunhar atos violentos”. E ainda sobre isso devemos proteger as crianças; igualmente as mulheres devem ter paz, afeto e proteção dentro de seus lares, assim também serão mãe e cuidadoras afetivas.

A família deve ser o local de maior proteção das crianças e onde se garante um desenvolvimento acolhedor e saudável, mas não é sempre assim. E isso ficou evidente em situações de abuso e estupro dentro do contexto de (des)abrigados no momento da catástrofe climática no Rio Grande do Sul no interior dos abrigos coletivos. Sendo inclusive noticiados casos nas mídias locais e nacionais como mais uma mazela social, que expôs o que já acontecia na disfuncionalidade das famílias.

A família deveria ser um lugar de afeto e de segurança emocional, física e material, que proporcionasse desenvolvimento saudável para as crianças e onde as mulheres pudessem exercer sua feminilidade e criar os filhos:

A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens; deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. Adquire, então, a figura material, organiza-se como o meio mais próximo da criança; tende a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e de evolução (Foucault, 2006, p. 199).

Em inúmeros casos, a família tem sido lugar de cárcere privado, de torturas e violências diversas, onde não se está priorizando o que se deveria, e nos abrigamentos coletivos aqui mencionados na escrita deste livro isso se tornou evidente com a pesquisa realizada.

A violência de gênero e abuso sexual evidenciou-se, pois, no estudo que originou este livro e estágio pós-doutoral, mas também outros casos de abusos sexuais e estupro foram identificados nas evidências registradas nesta pesquisa e divulgadas por mídias locais e nacionais no período da catástrofe climática.

Destaca-se ainda que, em alguns abrigos, os abusos sexuais e casos de estupro foram ocasionados por outras pessoas nos abrigos, que não faziam parte do contexto familiar; inclusive algumas pessoas mencionam facções criminosas exercendo seu poder para realizar violência sexual no interior de abrigos, conforme nos foi relatado em uma entrevista.

Mas o que ficou mais evidente nas entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram como voluntárias o acolhimento das pessoas desabrigadas em abrigos instituídos nas escolas, o que houve foram violências sexuais como uma ocorrência de algumas famílias disfuncionais, expondo o que acontece no ambiente fechado das famílias e que muitas vezes foge aos olhares externos e não chega ao conhecimento social e aos indicadores de violência sexual, pois muitos fazem parte da subnotificação de casos, já que estão escondidos nas portas fechadas das casas e ficam entre familiares.

Nesse hiato, não chega para a sociedade, e muito sofrimento perpassa o cotidiano de algumas famílias que não buscam ajuda devido ao desconhecimento dessa possibilidade por medo, vergonha e submissão às ameaças sofridas, mas que no momento do (des)abrigamento foram escancaradas essas sofridas realidades, para as quais precisamos olhar atentamente enquanto sociedade e profissionais da saúde, da educação e da segurança.

Em termos de violência de gênero, pode-se acrescentar que “o crescimento da violência está enraizado nas relações sociais instauradas nas aceleradas mudanças do país no final do século XX, com a intensificação do processo de modernização” (Bandeira, 2014, p. 467). Isso define papéis de poder e coloca o gênero masculino no lugar de poder sem que ele pense a esse respeito, apenas é instituído a esse lugar, que erroneamente entende como coercivo do gênero feminino e de crianças abaixo de seu comando e posse.

Em concordância com Bell Hooks (2018, p. 77):

Homens são socializados por grupos de homens de classe dominante a aceitar a dominação no mundo público do trabalho e a acreditar que o mundo privado da casa e dos relacionamentos íntimos vai restaurar neles o senso de poder, que eles equiparam

à masculinidade. Com mais homens entrando para o grupo de desempregados ou recebendo baixos salários e mais mulheres entrando para o mercado de trabalho, alguns homens sentem que o uso da violência é a única maneira de estabelecer e manter o poder e a dominação dentro da hierarquia sexista do papel dos sexos. Até que desaprendam o pensamento sexista que diz que eles têm direito de comandar as mulheres de qualquer forma, a violência de homens contra mulheres continuará sendo norma.

Mudanças disruptivas e quebra de paradigmas levam muito tempo, e por isso vemos as mulheres não se submetendo aos antigos papéis de gênero; isso causa dificuldade de compreensão e aceitação dos homens, pois não estão aceitando e nem mesmo compreendendo a mudança feminina. Então se perdem e agem com violência, porque esse é modo comum e aceitável no patriarcado ao qual pertencem e são instituídos desde crianças a ser assim, agir num padrão de comportamento aprendido desde sempre e que nos dias atuais precisa ser desaprendido para que novos modos surjam.

É conhecido de forma ampla que “o patriarcado cria as bases para a desigualdade de gênero, contribuindo para a justificação e perpetuação da violência contra as mulheres” (Ribeiro, 2024, p. 11). E essa é uma condição naturalizada por muitos homens nesse contexto desafiador que vivemos na atualidade. Ainda é necessário mencionar que “sob essa perspectiva, a violência de gênero é vista como uma manifestação da dominação masculina sobre as mulheres” (Ribeiro, 2024, p. 11). Logo não fere os homens, mas oprime e domina as mulheres, que ficam subjugadas e omissas a essas manifestações patriarcais.

Faz-se essencial destacar que a sociedade brasileira “[...] naturalizou a violência doméstica contra as mulheres, predominando o entendimento de que se tratava de um problema privado, não devendo haver interferências externas, tanto por parte do Estado, quanto da sociedade” (Ribeiro, 2024, p. 12). Portanto, é mais fácil para muitos de nós fingirmos não ver o que ocorre, evitando assim precisar tomar uma atitude, de onde se entende que é preciso tornar essa uma problemática a ser resolvida por cada um de nós.

Consta que a violência existe há muito tempo e é considerada uma espécie de “fenômeno antigo e que, por ser visto com o olhar costumeiro, moldado intrinsecamente no seio da sociedade como algo que sempre ocorreu e sempre ocorrerá, é também por isso banalizado” (Santos, 2017, p. 39). Explicando o porquê de muitos casos de violência de gênero não terem a devida atenção das autoridades e das famílias, parecendo ‘coisa de casal’ onde ninguém se deve intrometer, fazendo com que isso pareça normal, banal. Tudo o que não é! E inclusive algo que precisa da atenção de toda a sociedade para que possamos mudar esse cenário banalizado.

Tem-se ainda que:

Visto subsistir resquícios da concepção machista-dominadora que discrimina, coisifica e subjuga a mulher ao poderio do homem das mais diversas formas. Só haverá uma real libertação, emancipação e empoderamento da mulher quando houver uma reestruturação da sociedade extraindo da consciência ou inconsciência, quando ato involuntário, traços e vestígios dessa estrutura patriarcalista (Santos, 2017, p. 57).

Dito isso, sabe-se que uma mulher que está subjugada não tem poder para se proteger e estender essa proteção aos filhos ou crianças próximas e acaba por estar sempre em situação de vulnerabilidade, mais ainda quando (des)abrigada, e no contexto dessa escrita, estava também passando por um trauma forte ocasionado pela catástrofe climática, onde perdeu a casa, pessoas próximas, familiares e animais de estimação; ainda em choque emocional, algumas passaram por mais essa brutalidade da violência sexual, sendo expostas a pessoas diversas com quem compartilhavam o abrigo coletivo.

No que tange à violência de gênero e/ou sexual, sabe-se que:

Erradicar essa forma de violência requer esforços coletivos que abordem as desigualdades de gênero subjacentes e transforme as estruturas de poder. Tais mecanismos compreendem educação e conscientização com foco na promoção de relacionamentos saudáveis, legislações específicas e redes de apoio às vítimas (Ribeiro, 2024, p. 10).

Um esforço que precisa ser coletivo e construído pela mudança de pensamento do gênero dominante, que precisa passar por educação e conscientização necessita também força política, rede de apoio e vontade da sociedade para que a mudança aconteça.

Um enfrentamento audacioso, e nem poderia ser diferente, mas que poderá trazer resultados muito positivos, desconstrução do conceito de diferença de gênero e construção de um gênero com papéis diversificados, mas respeito mútuo e igualdade de direitos, em especial o direito a respeito, segurança e proteção para ambas as partes, que daí poderão assegurar esses mesmos direitos às crianças hoje inseridas no papel de submissão social e por isso encontram-se tão vulneráveis, pois nem mesmo a mãe consegue assegurar o cuidado e a proteção fundamentais para crescerem e se desenvolverem em lares saudáveis.

Ainda que a violência doméstica esteja abundantemente representada na mídia de massa e que em todas as frentes haja discussões, o público raramente conecta o fim da violência masculina ao fim da dominação masculina e à erradicação do patriarcado. A maioria dos cidadãos desta nação ainda não compreende a conexão entre dominação masculina e violência masculina em casa. E essa dificuldade de entendimento é ainda ressaltada quando nossa nação é cobrada a responder por assassinatos violentos de familiares, amigos e colegas de escola por garotos de todas as classes. Na mídia de massa, todo mundo levanta a questão acerca do porquê de essa violência estar acontecendo, sem conectá-la ao pensamento patriarcal (Hooks, 2018, p. 119).

Existe uma emergência paradigmática na estrutura patriarcal, sendo necessária a equidade entre homens e mulheres; isso também será melhor para as crianças. Somos diferentes em gênero, mas precisamos ter nossos direitos respeitados, os homens nos direitos e deveres que os representam, porém sem permissão para ferir e dominar mulheres em qualquer âmbito, e as mulheres em tudo aquilo que as representa como mulheres, mas em segurança para isso. Ambos colaborando para a criação e o cuidado de crianças. Somente assim iremos entender o que é necessário para a construção de uma sociedade não violenta e respeitosa.

Dessa forma poderemos ter crianças mais felizes, seguras e protegidas, que contribuirão para a formação de famílias ou não, no entanto, para um mundo mais justo e humanizado, mas essencialmente sem violência de todos os tipos. Essa é uma evolução que leva séculos para acontecer; porém, é preciso começar hoje e persistir cada dia que segue.

# Impactantes evidências

---

A violência doméstica pode atingir qualquer gênero, mas as mulheres, frequentemente mais vulneráveis social e fisicamente, acabam sendo as mais fragilizadas; tal realidade revela não apenas a urgência de proteção, empatia e justiça efetiva, mas também uma reflexão ética sobre a responsabilidade coletiva de sociedade, família e Estado em cultivar relações humanas baseadas no respeito, na igualdade e na dignidade, lembrando que a verdadeira moralidade se mede pela forma como cuidamos dos mais vulneráveis.

*Dan Silva*

Nas evidências documentais encontram-se indícios em diferentes notícias de jornais locais e regionais, como a da cantora Luísa Sonza, que destinou verba para a criação de um abrigo feminino no estado com intenção de auxiliar e evitar a situação de vulnerabilidade de crianças e mulheres e que podem ser conferidas em outra pesquisa, publicada por Souza e Salatino (2025).

Em relação ao campo empírico, ao ouvir pessoas que trabalharam nesses abrigos, a situação encontrada foi a seguinte: fez-se o comparativo entre dois abrigos, a dificuldade de entrevistar as pessoas que trabalharam nesses locais é que eles não existem mais, eram emergenciais. Mesmo assim foram realizadas oito entrevistas em dois abrigos (escolas), dos quais destacamos aqui alguns excertos para análise.

Em um dos abrigos houve situações que caracterizam violência de gênero e abuso sexual, mas em outro não. Então tentamos compreender o que um desses locais fez para inibir esse tipo de situação.

A seguir destacamos alguns trechos retirados das entrevistas:

No abrigo onde ocorreram situações de violência de gênero e/ou sexual

**Entrevista 1<sup>15</sup>** – *A gente aqui na escola teve um caso, inclusive foi registrar, foi feito um boletim de ocorrência referente a uma menina, se eu não me engano de 14 anos, não foi na hora em que eu estava de plantão. [...] No primeiro momento, a gente estava tranquilo aqui, porque a gente ouvia falar, mas não sabia a verdade; como eu moro perto da Unisinos também, teve um evento lá, teve até helicóptero, e depois eu fiquei sabendo que tinha acontecido lá. Só que daí tu estás naquele resguardo, não, na minha escola não aconteceu. É bem tranquilo. [...] Eu cheguei aqui e daí me disseram assim: Fulana não vai sozinha! [...] nós tivemos um problema essa noite. Então tu tens que andar acompanhada com outra mulher ou outro professor, alguém do grupo aqui. [...] Uma menina de 14 anos. Ah, eu não vou te mentir, tá? Mas pelo que eu me lembro da história, não lembro se era padrasto da menina. Que eu não vou saber bem ao certo, mas eu ouvi dizer que a história de certo modo que ela aproveitou a situação de estar aqui para trazer à tona. Entendeu? Porque ela já teria tentado relatar e não conseguiu. Eu penso assim, já passou por isso em casa, mostrou aqui para nós. [...] Isso tu nunca imaginas em casa, tu imaginas que tu estás num abrigo com pessoas diferentes. Tu não sabes quem são! [...] A gente sabe nas pesquisas dessa questão da violência sexual, a gente sabe que em casa acontece muito. E aí, claro, quando as pessoas vieram para cá, isso apareceu.*

<sup>15</sup> Optamos em manter a identificação numérica (sem a sequência ordenada) das entrevistas da coleta original das narrativas, mesmo que nem todas tenham sido selecionadas para este livro.

**Entrevista 3** – *Teve uma situação sim [...]. E eu e uma professora e mais a diretora da escola recebemos uma das meninas, me chamaram para conversar que tinha acontecido algo de noite, no quarto, quarto sala, né? [...] Que tinha acontecido uma situação em que o rapaz que estava ficando com a mãe tinha passado a mão nas partes íntimas dela, e aí teve uma menina que estava junto, confirmou e a irmã dizendo que tinha acontecido em outro momento e que não era para estar contando. E aí a história desencadeou, e a gente chamou a guarda, e nesse segundo momento eu não participei com a professora. Porque aí chamou a força nacional, e o conselho tutelar e todo mundo que estava à disposição, para esse momento até a pessoa ser presa, certo? Esse era um ficante entre aspas da mãe, que ela tinha conhecido aqui dentro alguns dias antes. E aí ele relatou que tinha passado um gato, e ele estava procurando e não tinha tocado nela, enfim, [...] a menina foi para uma casa de passagem por um tempo, foi levada, porque foi a Profª. Fulana que fez toda essa mediação. E o rapaz foi preso pela guarda, e tínhamos que responder na promotoria.*

**Entrevista 4** – *[...] uma mãe estava aqui com duas filhas e conheceu uma pessoa aqui dentro, né? E essa pessoa abusou da filha dela. [...] foi feito todo o encaminhamento para a delegacia desse abusador, né? Essa menina ficou um tempo aqui e a mãe também. E depois foram embora. E também teve um senhor aqui que já faleceu logo depois que terminou o abrigo. E ele meio que se masturbava, botava o órgão para fora. Tinha uma moça lá que ficava com os cachorros lá atrás, e ela nos relatou assim que ele fazia isso, sabe? Um senhor assim de idade [...]. E essa mãe, essa moça do abuso, a mãe ficou do lado do homem. E essa mãe já tinha uma filha desaparecida, que acho que por causa do tráfico foi morta. Então bem difícil, né? [...] Bem complicada a situação.*

As transcrições das entrevistas demonstram uma realidade social em que no caso do abuso causado a uma adolescente pelo namorado recente da mãe, com um histórico de outros abusos anteriores nessa família, demonstra uma família disfuncional, onde a mãe acaba colocando suas filhas em risco ao deixá-las expostas a parceiros afetivos dos quais talvez ela também seja uma vítima por dependência afetiva.

Sendo um contexto infelizmente mais comum do que gostaríamos e que somente ficou exposto no momento do abrigamento dessas pessoas.

Já o caso com o senhor de mais idade, que se masturbava em público, evidencia a demência, o adoecimento mental em um contexto de envelhecimento traumático, também exposto pela calamidade climática que juntou todas essas pessoas em um abrigo.

Outro fator que chama a atenção é o impacto que essas situações causaram nas pessoas do abrigo, o trauma que é causado a todos no entorno dessa violência, e não poderia ser diferente, não dá para vivenciar essas experiências e considerar normal.

Foi relatado também um caso que pareceu com uma recorrência de uma violência doméstica, no entanto, também pareceu uma tentativa de conter um surto psicótico da esposa, onde um pai e uma filha estavam gritando entre eles, mas, como houve falas diferentes, optou-se por não considerar aqui.

Logo pergunta-se o que aconteceu de diferente no outro abrigo onde não existiram essas situações?

Destaca-se que as pessoas entrevistadas também relataram que sabiam que ocorreu em outros locais, e isso demonstra a necessidade de outras investigações em outros locais, mas não foi possível investigar esse tipo de ocorrência em outros abrigos.

Por meio das mídias fica evidente que vários casos aconteceram, mas existe uma tendência a não se falar mais nisso. E por isso outras investigações não aconteceram, embora tenha relatos, não são de quem trabalhou ou se voluntariou nesses locais.

No abrigo onde não houve violência de gênero e/ou sexual

**Entrevista 5** – *Não, não teve nada nesse sentido; aí era tudo muito tranquilo. Nem de estarem inticando, de ficarem mexendo. Não teve nada nesse sentido. (Pesquisadora – Que bom, e a senhora entende assim, quais as medidas que vocês tomaram, que foram importantes para que não tenha acontecido esse tipo de coisa aqui?) Eu acho que é a diretora, é ela. Eu acho que é ela. Ela é muito... ela sabe conversar e ela conversava muito com eles, então... Eu acho que não aconteceu essas coisas, foi ela. O pulso firme dela, né? E tinham tudo que precisava, sabe? O que pediam, tudo que precisava tinha. [...] Sim. Outros lugares sim. Aqui eu acho que não houve, porque nossa diretora é muito boa. Ela tem a palavra. Não tem explicação assim do jeito que ela faz, que ela conversa, que ela instrui, ela explica e ela é muito humana.*

**Entrevista 6** – *Não tivemos. A gente procurou cuidar para que isso não acontecesse, né? E veio bastante famílias? A polícia passava, a Polícia Civil passava. A Guarda Nacional vinha também, assim, umas horas da noite, passava, assim, né? Mas daí, para controlar mesmo, tinha que ser a gente, ficar sempre alguém, sabe?*

**Entrevista 8** – *É a possibilidade de vulnerabilidade que na verdade já existia sem a enchente, mas ela potencializa essa vulnerabilidade porque as pessoas acabam tendo que conviver num ambiente ainda mais propício. Mas como a gente já tinha comentado aqui na escola, como a gente tinha a disponibilidade de muitas salas, então a gente pode dividir bem as pessoas; então a gente designou aquelas salas que eram só pra famílias, nas outras salas quem não tinha família, que vinha sozinho, solteiros, jovens, então tinha salas específicas, e aí a gente evitou esse tipo de coisa, famílias com crianças ficaram bem afastadas. E daí a vigilância, né? Nós contamos com o apoio dos órgãos de segurança pública, que estavam constantemente passando por aqui, tanto a brigada militar, a guarda civil municipal e a força nacional; então a gente contou com o apoio deles para conter qualquer coisa e a nossa vigilância interna aqui, e a noite nós tínhamos sempre voluntários circulando a noite toda. Aí nesse sentido aqui não ocorreu. [...].*

Nesses trechos das entrevistas fica evidente que o acolhimento afetivo, mas também disciplinado, com auxílio de regras claras e da segurança representada por vigilantes e policiais, com proibições de cobrir espaços para não serem vistos ou fecharem portas, o que não era permitido.

Da mesma maneira, a estrutura física, que dispunha de muitas salas de aula, facilitou e talvez impediu que essas situações de violência de gênero e sexual acontecessem.

Destaca-se ainda a importância da cultura, quando abriram biblioteca e sala de cinema para que essas pessoas pudessem ter um pouco de lazer, o que fez com que se acalmassem e se sentissem cuidados, além do provimento de alimentos, colchões, cobertas e banhos.

O fato de terem proximidade com as autoridades policiais e de cuidarem com afeto e zelo das pessoas talvez tenha feito com que elas respeitassem o abrigo, e a harmonia também foi possível durante o tempo em que funcionaram como abrigo.

Professores e voluntários fizeram a compra de materiais de limpeza e foram ajudar a limpar as casas para que as pessoas pudessem retornar; para isso contaram com equipamentos e lava-jato da prefeitura, cedidos para essa finalidade.

Ao conversar com as pessoas nesses dois locais de abrigamento, foi possível perceber o impacto emocional desse momento vivenciado por eles e a grandiosidade do que se propuseram a fazer e de suas entregas individuais, cada um com seu jeito e como conseguiu, mas foi uma linda entrega e cumplicidade com a sociedade em geral.

# Psicoeducação: uma forma de incentivo à superação da violência vivida

---

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora sob pena de ser uma farsa.

*Educação como prática da liberdade, 1999.*

*Paulo Freire*

Consoante com o nome, a psicoeducação é uma prática que envolve psicologia e pedagogia, visa educar, orientar para facilitar o entendimento de alguma situação que pode ser superada com o auxílio da educação e psicologia.

E se aplica ao tratamento e busca por cura de doenças emocionais, sendo que “a partir da revisão sistemática da literatura a psicoeducação é uma técnica psicológica a qual pode ser aplicada em diferentes tipos de doenças, englobando tanto as psíquicas quanto físicas” (Lemes; Ondere Neto, 2017, p. 26).

A forma de trabalhar com essa técnica denominada psicoeducação é diversificada, e tem-se que “a psicoeducação pode utilizar recursos como vídeos, áudios, panfletos, campanhas, etc.” (Lemes; Ondere Neto, 2017, p. 26). O que justifica o material a ser desenvolvido para uma psicoeducação em modalidade de educação a distância (EaD).

Destaca-se que a psicoeducação “envolve diferentes teorias e técnicas tanto psicológicas quanto pedagógicas voltadas ao âmbito social, comportamental e cognitivo do indivíduo, possibilitando uma compreensão multiperspectival a qual envolve o adoecimento” (Lemes; Ondere Neto, 2017, p. 19). E que ocorre de acordo com o objetivo do psicólogo(a) que direciona a técnica para a obtenção de resultado para as pessoas envolvidas nessa prática.

Nesse estudo, a concepção EaD visa um alcance maior do público a que se destina; “como visto, a psicoeducação pode ser empregada em diferentes locais e problemáticas, sendo seu uso de significativa importância, pois tem como objetivo realizar prevenção, promoção e educação em saúde” (Lemes; Ondere Neto, 2017, p. 20), o que valida sua aplicação.

Revela-se que, de acordo com André Lebon, uma referência na área de psicoeducação que “a intervenção psicoeducativa inscreve-se na perspectiva do meio total e não existem insignificâncias em educação, nenhuma presença é mais nobre do que outra quando nos tornamos educadores no e pelo acontecimento” (Lebon, 1997, p. 13). Nesse caso pela busca de minimizar as vítimas do ocorrido com a intenção de levar socorro psicoeducativo onde quer que essas mulheres e crianças estejam. “O que caracteriza a psicoeducação é o acompanhamento no vivido compartilhado, em situações reais do aqui e agora” (Lebon, 1997, p. 13) a tempo de oferecer uma ação que ofereça alternativas de superação, sendo que, em relação à psicoeducação, o “seu campo de ação é o banal, o comum, o habitual, tanto quanto o surpreendente, os diversos fatos e acontecimentos cotidianos” (Lebon, 1997, p. 14).

Normalmente, a psicoeducação refere-se a “uma técnica que relaciona os instrumentos psicológicos e pedagógicos com objetivo de ensinar o paciente e os cuidadores sobre a patologia física e/ou psíquica, bem como sobre seu tratamento” (Carvalho; Mattos, 2016, p. 17), mas não impede de ser utilizada com pessoas em geral que passam por alguma situação de adoecimento emocional, como no caso em questão.

Intencionar a utilização da técnica de psicoeducação para contribuir com a cura de pessoas vitimadas pela enchente, que passaram também por traumas de violência sexual devido a estar vulneráveis no momento em que ficaram desabrigadas e consequentemente foram abrigadas em locais coletivos gerais, enfatizando que a prática de psicoeducação envolve “desenvolvimento social, emocional e comportamental do sujeito, sendo que o profissional atua como um agente de mudanças, fornecendo assistências às habilidades adquiridas e propiciando práticas que tenham embasamento científico ao paciente” (Carvalho; Matos, 2016, p. 19). Aqui o intuito é ofertar um agente de melhoria, cuidado e potencializador de cura via psicoeducação.

A cura emocional dificilmente se dará apenas pela psicoeducação, mas ela é um fator de conscientização, informação e catalizador de cura. A depender da ação das pessoas que a utilizarem, pode sim trazer alívio emocional e busca pela cura em si por parte dessas mulheres e crianças; essa é a intenção deste livro.

Deve-se ter clareza que “a psicoeducação visa ensinar o indivíduo sobre ações preventivas ou terapêuticas” (Ravaioli; Borges, 2022, p. 185). O conteúdo deste livro incentiva o desenvolvimento de uma cartilha a ser distribuída para mulheres e crianças, especialmente em ambientes escolares que serviram ou não de abrigo, visando a superação da dor e ofertando auxílio para a cura da violência e abuso sexual ocorridos em situação de abrigo coletivo durante o desastre climático referente às enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. O material que está sendo construído é didático, de linguagem acessível e visa alcançar as vítimas dessa mazela da sociedade. Também poderá ser utilizado em situações similares e que não tenham relação com as enchentes com o intuito de ser contribuição da psicologia e educação para mulheres e crianças.

Faz muitos anos que a psicoeducação tem sido vista como uma estratégia que “[...] se configura como uma alternativa de intervenção com potencial para expandir o alcance e obter maior resolutividade das intervenções psicológicas em contextos de saúde-doença” (Lemes; Ondere Neto, 2017, s.p.). Mas para muitos que não têm alcance, a psicoterapia pode representar uma forma de superação.

Quando se fala em psicoeducação, referimos a materiais, como a cartilha mencionada, materiais educativos diversos, que servem de “instrumentos psicológicos e pedagógicos que são integrados com vistas a ensinar ao paciente acerca de uma doença ou transtorno e suas ações terapêuticas” (Ravaioli; Borges, 2022, p. 186); o que se pretende é que possam servir como uma espécie de catalisador para a cura.

Em psicoterapia, e em especial na psicoterapia cognitiva comportamental, esse é um recurso comumente utilizado para transmitir informações “[...] de modo sistemático e didático por meios diversos, tais como esclarecimentos orais, folders, livros e vídeos” (Carvalho; Matos, 2016). Tal como se pretende desenvolver e distribuir em escolas.

Considera-se que “[...] a intervenção psicoeducativa se caracteriza por ser breve, estruturada, semidireta, focada no presente e na resolução de problemas” (Ravaioli; Borges, 2022, p. 187), e essa é a intencionalidade para a demanda aqui tratada, sendo dessa forma eficaz ao fim que se destina.

A psicoeducação, além de informar, também cumpre seu papel com “[...] a intenção de auxiliar o paciente na tarefa de compreender e dar sentido às próprias vivências e de instrumentalizá-lo para o manejo dos efeitos psicossociais do adoecimento” (Ravaioli; Borges, 2022, p. 187). Representa assim a intencionalidade principal de ofertar informações, mas também subsídios para a cura das pessoas em sofrimento emocional/psíquico.

Sabe-se que frequentemente a cognição gerencia as emoções e os comportamentos com a finalidade de que as pessoas disponham de informações relevantes e que consigam construir conhecimentos sobre seus agravos à saúde; ocorre então que passam a ser conhecedores de sua condição e assim passam a uma maior corresponsabilização pela prevenção ou pelo tratamento e ainda uma possível redução dos níveis de ansiedade (Carvalho; Matos, 2016). E essas características favorecem a cura.

Com o entendimento supramencionado, destaca-se que a abordagem psicoeducativa pode ser utilizada de maneira individual e/ou grupal e em ambas é potente para tornar os sujeitos conscientes de suas condições de saúde ou de doença e mostra-se como um agente de autocuidado, bem como para respaldar tomadas de decisão necessárias e confiáveis (Castro; Barroso, 2012).

Identifica-se ainda que, na teoria cognitiva comportamental, a psicoeducação tem a funcionalidade de informar, orientar, trazer clarificação para as pessoas sobre vários panoramas; pode ser sobre as consequências de um comportamento ou sobre a possibilidade de (re)construção de crenças, valores ou sentimentos, bem como sobre como esses reverberam na vida dessas pessoas e na das outras pessoas envolvidas (Nogueira *et al.*, 2017). Aspecto importante, pois, tem um entorno que também é afetado de alguma forma, e é preciso fornecer consciência sobre isso.

Dessa maneira, a psicoeducação instrumentaliza a pessoa para “[...] desenvolver pensamentos, ideias e reflexões sobre as pessoas, sobre o mundo e sobre como se comportar diante de certas situações, tanto nas intervenções individuais como nas coletivas, desenvolvendo habilidades sociais” (Oliveira; Menezes; Brito; Pinto, 2018, p. 24) e favorecendo a reinserção da pessoa nos grupos sociais, sejam escola, comunidade ou família.

Em conformidade com Nogueira *et al.* (2017), acredita-se que a psicoeducação colabora para que a pessoa possa superar possíveis estigmas e preconceitos por parte de outras pessoas, do mesmo modo que favorece a promoção de hábitos saudáveis e a regularidade no estilo de vida. Que nesse caso possibilita o enfrentamento da situação violenta sofrida, possibilita a desculpabilização da vítima e o autoperdão, uma vez que a vítima não tem culpa, mas se sente assim, até mesmo pelo julgamento social que perpassa, e necessita de esclarecimento para libertar-se desse autojulgamento e culpabilização. Somente assim é possível seguir de fato a vida.

Segundo Oliveira; Menezes; Brito; Pinto (2018, p. 24), “a psicoeducação emocional consiste em uma ferramenta de aprendizagem que atua de forma preventiva, auxiliando os indivíduos a entender as suas próprias emoções e utilizá-las produtivamente”. De maneira que possa seguir a vida apesar do que lhe ocorreu e não em função do ocorrido, como uma vítima incurável do trauma perpetrado.

## Conteúdo pensado para a cartilha

Entende-se que a escrita de um material psicoeducativo precisa ser didática para que possa atender a demanda das pessoas em geral e especialmente de crianças.

A ideia é criar duas cartilhas didáticas e ilustrativas: uma para mulheres e adolescentes e outra para crianças. O objetivo é refletir sobre a situação atual e a possível superação do trauma da enchente, das perdas e dos abusos e estupros vividos pelo público envolvido, nesse caso pessoas que ficaram (des)abrigadas no período da catástrofe climática de 2024 no Rio Grande do Sul.

Para dar uma noção da estrutura pensada e que está sendo desenvolvida para as cartilhas segue um modelo explicativo.

Ter um texto reflexivo de início – como o exemplo a seguir

*Olá! Como você está?*

Sei que passou por muitas coisas difíceis e que no ano de 2024 você superou uma enchente. Mas por vezes outras coisas ruins também acontecem junto de uma catástrofe.

*E se eu te falar que é possível superar? E superar absolutamente tudo o que você viveu, você acreditaria em mim?*

Bom, deixa nos apresentarmos. Somos o José Edimar e a Vialana, um psicopedagogo e uma psicóloga, e ambos somos professores universitários. Estudamos o que as pessoas passaram nesse momento difícil da vida e pensamos em lhe apresentar algumas possibilidades para sair desse lugar ruim em que a vida pode ter colocado você.

Então vamos seguir nessa nossa conversa?

*Pergunto: você pretende superar definitivamente essa situação? Para poder seguir sua vida da melhor forma possível e merecida por você?*

Esperamos que sua resposta seja um grande sim!

E se não for, então lamento, você pode estar com uma depressão. Caso esteja, é também possível sair disso, curar-se e voltar a desejar viver bem. E isso se consegue com o auxílio de médicos, talvez medicamentos, psicólogos e familiares ou amigos.

*Para essa superação você precisa dar o primeiro passo em direção a alguém que possa ajudar. Não há vergonha nenhuma nisso. Todo ser humano em algum momento precisa de ajuda e precisa ajudar os outros. Faz parte da vida. Não é mesmo?*

A depressão é algo que deixa a pessoa triste, sem vontade, sensível emocionalmente e com o tempo vai tirando a cor e o sabor da vida. Passamos a não ter mais vontade de conversar, de sair, de comer, de brincar, de tomar banho, ficamos apenas com vontade de ficar quietos e sozinhos. Começa até a existir desistência de vida.

*E vamos combinar que isso não é normal, né?*

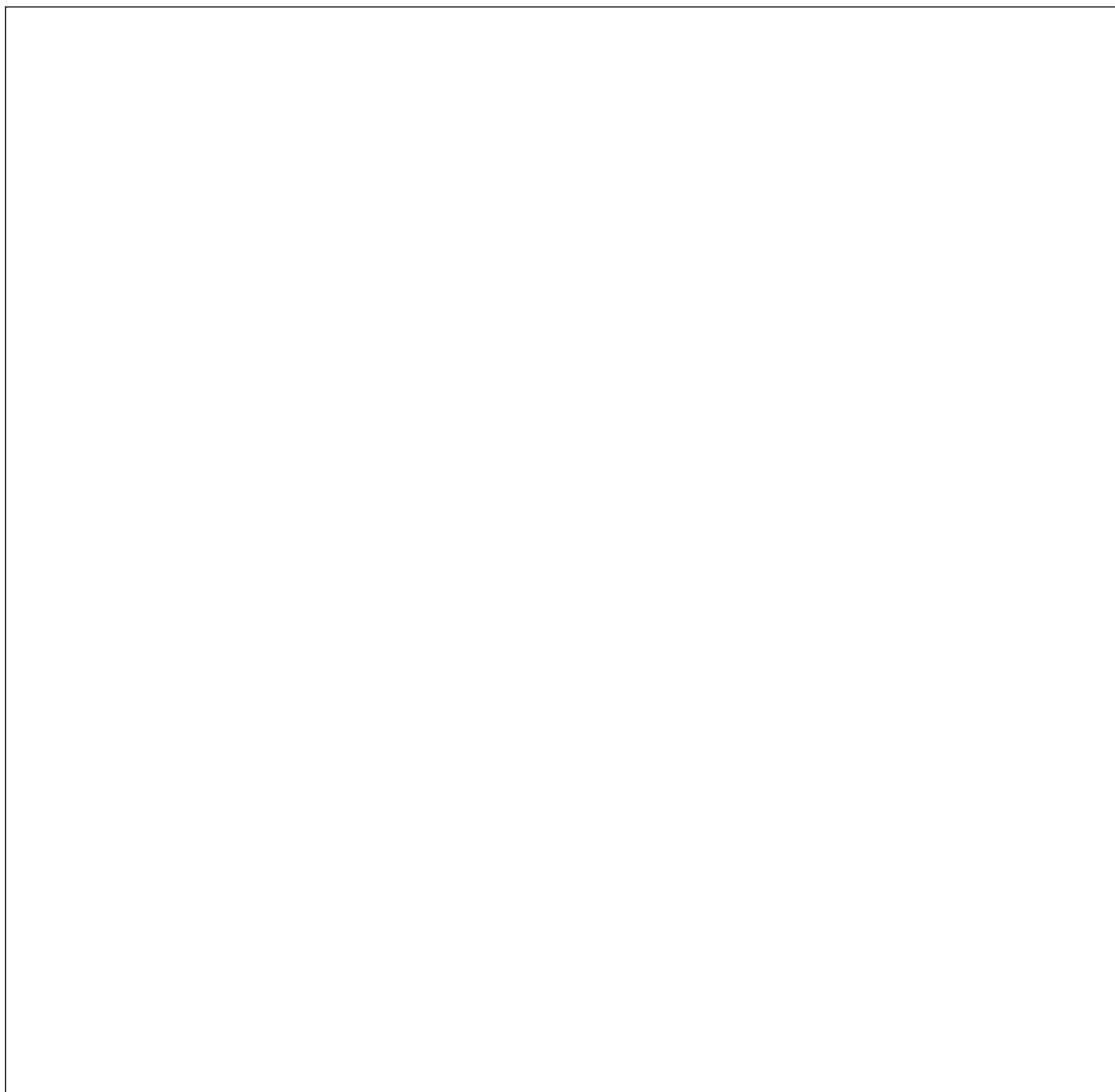
O texto para mulheres ou adolescentes seria como esse supramencionado; já para crianças penso em uma história infantil com ilustrações ou talvez em quadrinhos.

Atividade de Autoconsciência

Caso você se identifique com o texto que leu acima, pode fazer a atividade a seguir:

Responda quem é você? Quais suas principais características positivas e negativas?

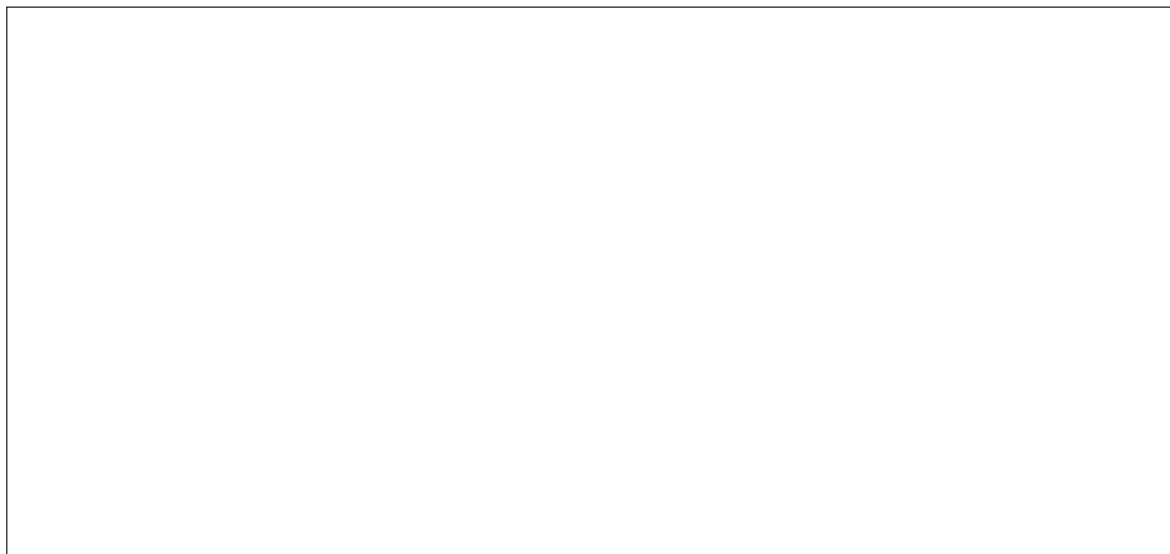
Se for uma criança, pedir para fazer um desenho dela mesma no espaço abaixo:



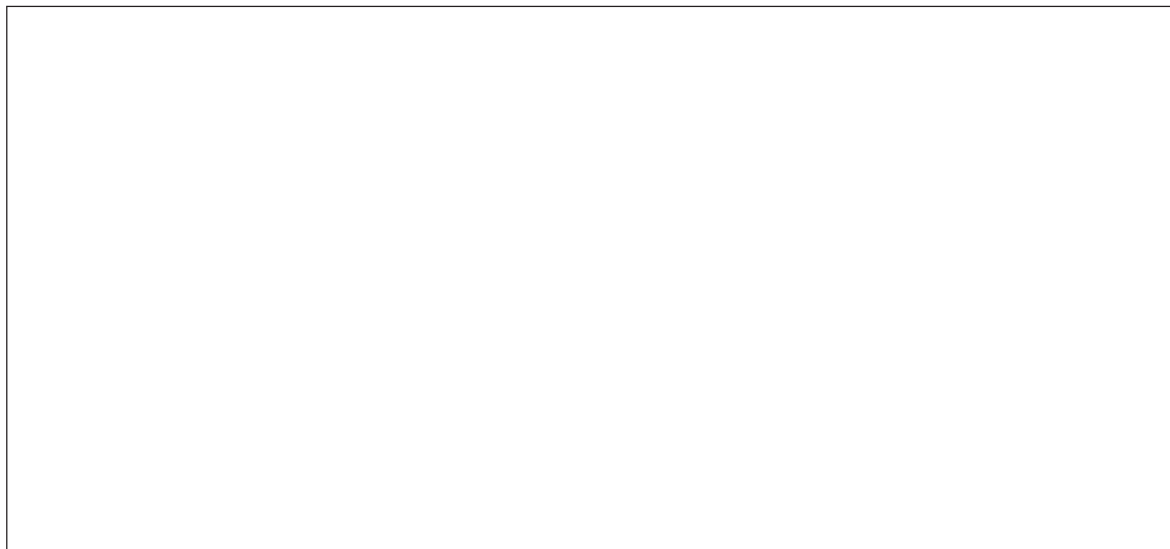
Agora procure um espelho onde você estiver e olhe no seu próprio olho por dois minutos, depois responda a pergunta abaixo (Para adultos e adolescentes).

Se criança, solicitar mais um desenho sobre:

1. *Por que estou me sentindo assim?*



2. *O que posso fazer para essa situação melhorar?* (Para adultos e adolescentes)



3. *Quero viver bem?* Assinale com um X sua resposta (Para adultos e adolescentes).

( ) Sim ( ) Não

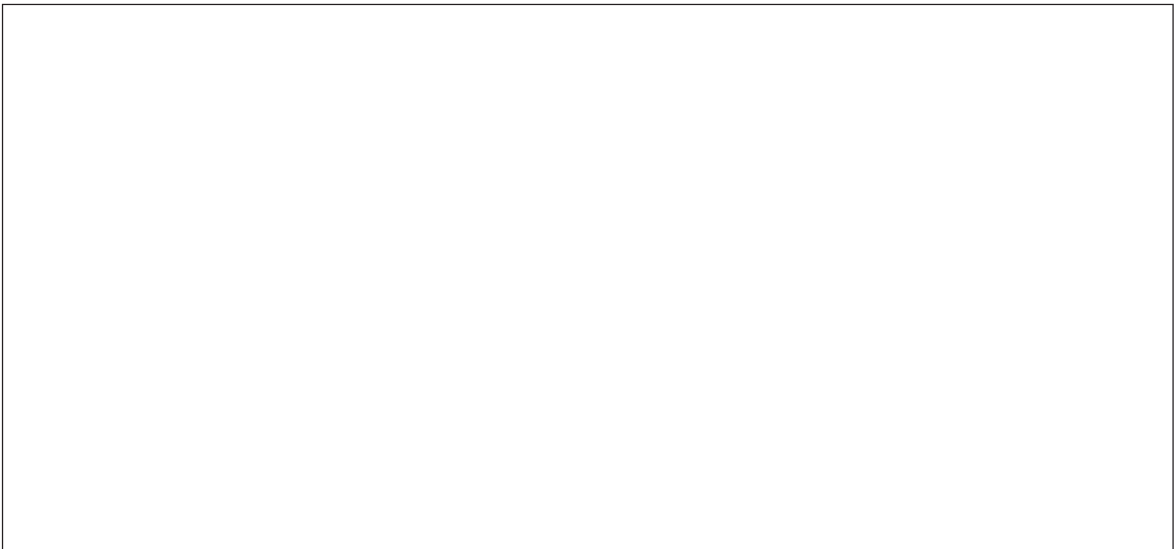
Caso sua resposta seja um não, então procure alguém próximo para conversar sobre isso, pois é depressão, e depressão é uma doença. Você não tem culpa de nada.

4. *O que posso tentar fazer para viver bem?* (Para adultos e adolescentes).



5. *Faça uma lista de pessoas que você acha que poderiam lhe ajudar* (Para adultos e adolescentes).

Se criança, solicitar um desenho sobre quem poderia ajudar a resolver seu problema.



6. *Agora como tarefa de casa: entre em contato com alguém dessa lista e busque contar a ela a sua situação. Peça ajuda!* (Para adultos e adolescentes).

Se criança, orientar que entre em contato com alguém do desenho para contar a ela sua situação e pedir ajuda!

Indicação de materiais escritos e vídeos

- **Material sobre depressão gratuito para adultos e adolescentes**

[https://vivaosus.com/depressao#google\\_vignette](https://vivaosus.com/depressao#google_vignette)

- **Vídeo: Minutos psíquicos sobre depressão para adultos e adolescentes**

<https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=v%C3%ADdeo+minutos+ps%C3%ADquicos+sobre+depress%C3%A3o&type=G210BR714G91958M7398ce0f98d85b388f71dae8a2c2dc43#id=0&vid=423e174df00fe3003256be6ab3230642&action=click>

- **Como conversar com alguém que está com depressão? | Animação**

<https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=v%C3%ADdo+minutos+ps%C3%ADquicos+sobre+depress%C3%A3o&type=G210BR714G91958M7398ce0f98d85b388f71dae8a2c2dc43#id=42&vid=780995992f93a87dc10dab5d01ce2c55&action=view>

- **As emoções básicas para crianças – Alegria, tristeza, medo, raiva, nojo e surpresa**

<https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=v%C3%ADdeo+minutos+ps%C3%ADquicos+sobre+depress%C3%A3o&type=G210BR714G91958M7398ce0f98d85b388f71dae8a2c2dc43#id=25&vid=8e707f7d78b912bc96404de8febec2d&action=view>

- **O que é a EMPATIA? – Explicação para crianças – As Emoções**

<https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=v%C3%ADADdeo+minutos+ps%C3%ADquicos+sobre+depress%C3%A3o&type=G210BR714G91958M7398ce0f98d85b388f71dae8a2c2dc43#id=26&vid=4c292a215550db62d7dcdb386eb89ca7&action=view>

- **O menino que engoliu o choro – Curta-metragem completo**

<https://www.youtube.com/watch?v=M4anTW9AUrQ>

Aqui a ideia é um acervo de materiais prontos, desenvolvidos com o intuito de auxiliar e que já existem. Então se utilizariam os mesmos para colocar as pessoas em contato com suas dores e buscar melhorias a partir desses materiais, como no contexto da psicoeducação, orientar, informar e envolver as pessoas com sua trajetória de superação do trauma emocional vivido.

O material desenvolvido aqui superficialmente trata-se de um esboço do que se intenciona fazer a partir da escrita deste livro, que direciona e traz conhecimento sobre a realidade e o enfrentamento da violência contra mulheres e crianças vulneráveis e ainda sobre a psicoeducação, que oferta possibilidades de conscientização, informação e cura.

## Considerações finais

A vulnerabilidade de mulheres e crianças em situações de catástrofes naturais e em casos de retirada e abrigo é evidente. Dessa mesma forma ocorre em situações de conflitos em que homens são mortos e/ou feitos prisioneiros, mas as mulheres e crianças acabam sendo estupradas, violentadas, abusadas e escravizadas.

A fragilidade evidente de mulheres e crianças tornou-se uma dificuldade a mais no momento da emergência climática, catastrófica, causada pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul em 2024. Um momento trágico pela falta de experiência, em que foi preciso enquanto população aprender rapidamente e organizar abrigos na situação iminente do desespero que a todos afetou.

Tal escrita tenta elencar os aspectos que fizeram a diferença, mais do que alertar sobre uma situação já bem conhecida no cenário da violência de gênero e sexual, infelizmente comum nessas situações. Ao percebermos tais fragilidades e exercermos uma observação comparativa entre dois abrigos, um onde houve casos de violência sexual e de gênero e outro onde não houve, tentamos entender as possíveis ações que fizeram a diferença em termos protetivos das mulheres e crianças (des)abrigadas.

A psicoeducação, no entanto, torna-se uma possibilidade tangível de levar conhecimento, informação e de abordar e trabalhar questões traumáticas com as vítimas e até para facilitar a superação de demandas emocionais tão fortes e lamentáveis, ademais nesse contexto em que um trauma forte já havia sido imposto pela natureza.

Fica a importância do registro do ocorrido nesse momento da história do Rio Grande do Sul que não pode passar despercebido, pois as consequências são traumáticas, dolorosas e demoradas de resolver, isso quando se resolvem. Geralmente não é a vítima sozinha que resolve essa questão. Logo afetou todos os que têm um mínimo de empatia e de humanidade nesse estado e de inúmeras formas, inclusive pela situação abusiva e de violação de mulheres e crianças ter deixado no ar: asco, revolta e tristeza por uma situação desastrosa, que muitas vezes está oculta nas famílias em suas casas e que só veio à tona por estarem essas pessoas abrigadas, pois nem assim houve controle.

## Referências

- ARENDDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l], v. 29, n. 2, p. 449-469, 5 ago. 2014. Trimestral. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5897/>. Acesso em: 19 out. 2025.
- BERENICE, Bento. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRASIL. **Decreto 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará em junho de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm). Acesso em: 09 nov. 2025.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CAMPOS, Danielly Thays. **Estuprada: a culpabilização da mulher vítima pela tutela patriarcal do sistema penal**. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2021. Cap. 5. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/3750/2/DANIELLY%20T.%20CAMPOS.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francine Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- CARVALHO, Marina Alexandra Diogo; MATOS, Maria Margarida Gaspar de. Intervenções psicossociais em crise, emergência e catástrofe. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 116-125, dez. 2016. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20160018>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872016000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872016000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 abr. 2025.
- CASTRO, Martha Moreira Cavalcanti; BARROSO, Cristina Linhares (2012). Contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental nos cuidados paliativos. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 1(1), 101-108. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v1i1.48>. Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/48>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Bárbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. **XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, Curitiba, p. 149-170, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/42178699/Viol%C3%Aancia\\_contra\\_a\\_mulher\\_direito\\_e\\_patriarcado\\_perspectivas\\_de\\_combate\\_%C3%A0\\_viol%C3%Aancia\\_de\\_g%C3%AAnero](https://www.academia.edu/42178699/Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_direito_e_patriarcado_perspectivas_de_combate_%C3%A0_viol%C3%Aancia_de_g%C3%AAnero). Acesso em: 19 out. 2025.

DIDOMÊNICO, Sabrina C. Diretora da EMEF Francisco Marcolin, São Valentim do Sul, 2025, entrevista.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GARBIN, Cléa Adas Saliba *et al.* Violência denunciada: ocorrências de maus-tratos contra crianças e adolescentes registradas em uma unidade policial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 4, p. 665-670, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/aps/resource/pt/lil-614866>. Acesso em: 08 nov. 2025.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUGEL, Maria Aparecida (org.). **Diálogos aprofundados sobre os direitos das pessoas com deficiência**. São Paulo: RTM, 2019. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/236256>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GUITARRARA, Paloma. “Enchentes no Rio Grande do Sul”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/enchentes-no-rio-grande-do-sul.htm>. Acesso em: 07 nov. 2024.

HABITZREUTER, Emillie Jaime. **Feminicídio e a violência de gênero**. 2019. 52 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Federal da Grande Dourados, Amambai, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1642/1/EmillieJaimeHabitzreuter.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

HEALTH, Empowerment, Rights and Accountability. **HERA Women’s Sexual and Reproductive Rights and Health**. Disponível em: <https://31u5ac2nrwj6247cya153vw9-wpengine.netdna-ssl.com/wpcontent/uploads/1998/01/HERA-Action-Sheets.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 144 p. Disponível em: <https://dn721901.ca.archive.org/0/items/hooksbellofeminismoeparatodomundopoliticasarrebatadoras2018rosadostempos/HOOKS%2Cbell-%20O%20feminismo%20e%CC%81%20para%20todo%20mundo%20-%20Poli%CC%81ticas%20arrebatadoras%20%282018%2C%20Rosa%20dos%20Tempos%29.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

JACOBSEN, Gabriel. Maioria das escolas estaduais não sofreu danos; 144 instituições foram muito afetadas pela enchente. **Zero Hora**, 4 de junho de 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2024/06/maioria-das-escolas-estaduais-nao-sofreu-danos-144-instituicoes-foram-muito-afetadas-pela-enchente-clx0w7ib1002n01d0fwpsanj.html>. Acesso em: 14 maio 2025.

LEITÃO, Elenara Stein. Adaptando espaços para idosos em abrigos. In: Edição autores. **Perdido, e agora?** Porto Alegre: Edição autores, 2024.

LEMES, Carina Belomé; ONDERE NETO, Jorge. Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 17-28, mar. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2017000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 abr. 2025.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho *et al.* Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 26, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/32408/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MARQUES, Alícia. **O agravamento da vulnerabilidade das mulheres e crianças em meio ao desastre climático no RS.** 2024. UFRGS – Jornal da Universidade. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/o-agravamento-da-vulnerabilidade-das-mulheres-e-criancas-em-meio-ao-desastre-climatico-no-rs/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MATTEDI, Marcos *et al.* Aplicações do conceito de vulnerabilidade na abordagem dos desastres. **Caderno CRH**, v. 37, p. e024051, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/KhZ6QmPSYJ97qNbKF8Y8Xrq/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MARONEZE, Aline Rodrigues. Patriarcado, desigualdade de gênero e violência: o papel da mulher na sociedade contemporânea. **Coisas do Gênero**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 162-176, 2021. Semestral. Disponível em: <file:///C:/Users/viala/OneDrive/Documents/pos%20doc/Feminismo/10-aline-rodrigues-maroneze.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia: CLIO-PSYCHÉ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, jan. 2018. Trimestral. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18n1/v18n1a21.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MIGUEL Luis Felipe, BIROLI Flávia. **Teoria política feminista: textos centrais.** Rio de Janeiro: Editora Horizonte, 2013.

NOGUEIRA, Carlos André *et al.* A importância da psicoeducação na terapia cognitiva comportamental: uma revisão sistemática. **Revista das Ciências da Saúde do Oeste Baiano**, Barreiras, v. 2, n. 1, p. 108-120, 2017. Disponível em: <http://fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/view/190/211>. Acesso em: 22 nov. 2025.

OLIVEIRA, Polliana Rodrigues de; MENEZES, Marcela Barbosa de; BRITO, Soraia Silva; PINTO, Paula Sanders Pereira. PSICOEDUCAÇÃO DAS EMOÇÕES E HABILIDADES SOCIAIS: uma proposta de promoção e prevenção de saúde mental para adolescentes. **Revista Unifacs**, Salvador, p. 21-34, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/viala/OneDrive/Documents/pos%20doc/Psicoeduca%C3%A7%C3%A3o/5508-22028-2-PB.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Organização Mundial da Saúde, **OMS.** (2020). Covid-19 e a violência contra a mulher: o que o setor/sistema de saúde pode fazer. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52016/OPASBRACOV1920042\\_por.pdf?ua=1](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52016/OPASBRACOV1920042_por.pdf?ua=1). Acesso em: nov de 2025.

PINEL, Lorena de Freitas; SERVO, Marina Calanca; CASALI, Éllen Cássia Giacomini. VIO-LÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE: análise da tutela penal em prol da mulher negra e pobre. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA, 11., 2023, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: Unaerp, 2023. p. 797-814. Disponível em:

file:///C:/Users/viala/OneDrive/Documentos/pos%20doc/artigos%20vulnerabilidade/VIOLE%CC%82NCIA+E+INTERSECCIONALIDADE+-+ANA%CC%81LISE+DA+TUTELA+PENAL+EM+PROL+DA+MULHER+NEGRA+E+POBRE.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.

PRETTO, Valdir. **Exclusão social e questões de gênero**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. 223p.

RAVAIOLI, Martina de Paula Eduardo; BORGES, Lilian Maria. Práticas Psicoeducativas: contribuições do psicólogo na atenção primária. **Revista Psicologia e Saúde**, [S.L.], p. 185-199, 9 jun. 2022. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v14i1.1182>. Disponível em: <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1182>. Acesso em: 10 nov. 2025.

RIBEIRO, Paola Cavalcante. Diretora no Colégio Júlio de Castilhos, Porto Alegre, 2025, entrevista.

RIBEIRO, Dayane Menezes. **Violência de gênero no Brasil contemporâneo**. 2024. 23 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Estadual de Goiás, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/6081?mode=full>. Acesso em: 09 out. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. SECOM RS. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS: 19/5, 12h**. 19/5, 12h. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-19-5-12h>. Acesso em: 14 abr. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Patricia Ludmila Melo. Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) Brasil (org.). **Guia de Enfrentamento à violência baseada no gênero: no contexto de emergência climática do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unfpa – Brasil, 2024. 40 p. Disponível em: <https://social.rs.gov.br/upload/arquivos/202411/05172822-guia-de-enfrentamento-web-1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Estudos Feministas** (Revista Eletrônica), n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2025.

SANTO, Manuela Almeida da Silva. **Construção e implementação de um serviço integrado para o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. 2024. 66 f. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/viala/OneDrive/Documentos/pos%20doc/Artigos/001211658.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

SANTOS, Ângela Márcia Reis dos. Violência contra a mulher: perspectivas de enfrentamento à violência de gênero. **Revista Ejuse**, Sergipe, n. 27, p. 37-60, 2017. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/b35ecbec-a4d2-4e2a-be77-574ef378818e/content>. Acesso em: 19 out. 2025.

SASSI, Franciele (org.). **Sobre a dor de tantas perdas: experiências teórico-vivenciais de uma equipe de psicólogos voluntários frente às enchentes do Vale do Taquari/RS**. São Paulo: Dialética, 2024.

SOUZA, José de. Diretor na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, Novo Hamburgo, 2025, entrevista.

SOUZA, José Edimar de. **As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul**: memórias, práticas e transformações. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2026.

SOUZA, José Edimar de; SALATINO, Vialana Ester. Vulnerabilidade de mulheres e crianças em situações de desastres climáticos em abrigo coletivo. In: SOUZA, José Edimar de (org.). **Escola e crise climática no Rio Grande do Sul**. As enchentes de 2024. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2025. p. 79-99.

SOUZA, José Edimar de; DEWES, Elisângela C. Silva. Reflexões sobre as enchentes no Rio Grande do Sul e as reconfigurações nas instituições escolares em auxílio às comunidades impactadas. In: SOUZA, José Edimar de (org.). **Escola e crise climática no Rio Grande do Sul**. As enchentes de 2024. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2025. v. 1, p. 15-37.

VALENÇA, Marissandra Hoisler. Diretora na EMEF Carlos Drummond de Andrade, Canoas, 2025, entrevista.

**World Health Organization (WHO) – a.** Gender and health [Internet]. [cited 2024 jan 20]. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/gender-and-health>. Acesso em: 10 out. 2025.

**World Health Organization (WHO) – b.** Gender mainstreaming for health managers: a practical approach [Internet]. [cited 2024 jan 20]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241501057>. Acesso em: 10 out. 2025.



Recomeçar

### **Vialana Ester Salatino**

Doutora e mestra em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). E realiza estágio de pós-doutoramento em Educação tendo como supervisor o prof. Dr. José Edimar de Souza. É especialista em Sexologia Clínica; especialista em Gestão e Docência do Ensino pela UNIFTEC e tem MBA em Gerência Empresarial pela FTEC Faculdades. Além disso, tem especialização em Arterapia pela UCS e é graduada em Psicologia pela UCS. Atua como docente e orientadora de estágio no Curso de Graduação



em Psicologia da UCS. Coordena o Curso de Psicologia no CAHOR da UCS em Canela/RS. Vinculada à Área de Humanidades atua também na Pós-Graduação *Lato Sensu*. É membro da Sociedade Ibero-Americana de Hipnose Condicionativa. Em Psicologia Clínica exerce trabalhos de psicoterapia, avaliação psicológica e aconselhamento psicológico. Idealizadora do Canal Vialana Salatino no YouTube sobre o Universo Feminino. Encontra-se atuando no Observatório de Educação da UCS na linha de formação de professores da educação básica.

### **José Edimar de Souza**

Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação, mestre e graduado em História pela UNISINOS. Graduado em Pedagogia pelo Claretiano e graduado em Geografia e Biblioteconomia pela UCS. Graduado em Sociologia UNIFAHE. Especialista em: Gestão da Educação pela UFRGS; Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FEEVALE; Supervisão Escolar, História do Brasil e Orientação Educacional pela Signorelli. É coordenador do



GT -02 História da Educação da ANPEd. Integra o programa Bibliografia Viva/UFMG. Coordena o repositório ECOAR. É titular do Comitê de Pesquisa da FAPERGS. É Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação e Sociedad Española de Historia de la Educación. Integra Rede Iberoamericana para a Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico Educativo – RIDPHE. É vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória. É bolsista produtividade em Pesquisa do CNPq. É especialista em educação na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. É professor da Universidade de Caxias do Sul, atua na graduação na Área de Humanidades e nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História.

(Des)abrigadas e Vulneráveis destaca-se como uma produção acadêmica conectada aos desafios contemporâneos dos desastres climáticos, ao analisar as experiências de mulheres e crianças em contextos de abrigamento escolar. A obra evidencia como desigualdades estruturais se intensificam em situações de emergência e deslocamento. Com rigor analítico e sensibilidade social, o livro ultrapassa a teoria e dialoga diretamente com a realidade das crises climáticas. Seu conteúdo oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e para a atuação intersetorial. Constitui, ainda, uma ferramenta de apoio às equipes que trabalham diretamente com populações em situação de vulnerabilidade. Ao articular conhecimento científico e prática, contribui para respostas mais qualificadas, humanas e eficazes.

Prof. Me. Guilherme Daltrozzo Corte  
Coordenador da Assessoria de Integridade e Atendimento ao Cidadão SEDUC/RS



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

